

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LII - Nº 092

SÁBADO, 31 DE MAIO DE 1997

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 2-4-97)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PF**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Coutinho Jorge

**LIDERANÇA DO
BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor da Secretaria Especial
de Editoração e Publicações

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor da Subsecretaria Industrial

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 70ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 30 DE MAIO DE 1997.

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº 1.503/97, na origem, de 28 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação da Prefeitura Municipal de Osasco para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro Municipal de Osasco – LFTMO, cujos recursos serão destinados ao refinanciamento da dívida mobiliária, vencível em 1º de junho de 1997.....

10709

Término do prazo, no último dia 28, sem apresentação de emendas às seguintes matérias:..

10709

Projeto de Resolução nº 69, de 1997, que eleva para dez bilhões de dólares norte-americanos o valor a que se referem os arts. 1º e 2º, a, da Resolução nº 57, de 1995, do Senado Federal.....

10709

Projeto de Resolução nº 70, de 1997, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a doze milhões, seiscentos e setenta mil, oitenta e três dólares norte-americanos e noventa e cinco centavos, junto a um consórcio bancário liderado pelo Banque Paribas.

10709

Término do prazo, no último dia 28, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário, das seguintes matérias, apreciadas conclusivamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania:

10709

Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1995, de autoria do Senador Odacir Soares, que define como crime contra o livre exercício do Poder Legislativo Federal ofensa à integridade corporal ou à saúde de membros desse Poder, e dá outras providências. **À Câmara dos Deputados.**

10709

Projeto de Lei do Senado nº 156, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que define o crime de expor a vida, a integridade corporal, ou a saúde de alguém, por meio do fornecimento de gás liquefeito em recipiente não adequado ao uso. **À Câmara dos Deputados.**.....

10709

Projeto de Lei do Senado nº 260, de 1995, de autoria do Senador Romeu Tuma, que dispõe sobre o crime de dano, alterando os arts. 163,

165 e 167 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. **À Câmara dos Deputados.**

10709

Projeto de Lei do Senado nº 268, de 1995, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que dispõe sobre a revisão e a nulidade de processo de crime de responsabilidade, nos casos que menciona e dá outras providências. **Ao arquivo.** ..

10709

Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1996, de autoria do Senador Gilberto Miranda, que altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, determinando a aprovação prévia dos editais de licitação pelos **Tribunais de Contas.** **Ao arquivo.**

10709

Projeto de Lei do Senado nº 113, de 1996, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, determinando a busca imediata de criança ou adolescente reclamados como desaparecidos. **À Câmara dos Deputados.**

10709

Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1996, de autoria da Senadora Benedita da Silva, que altera a redação do art. 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). **À Câmara dos Deputados.**.....

10709

Projeto de Lei do Senado nº 206, de 1996, de autoria do Senador Sérgio Machado, que acrescenta parágrafo único ao art. 37 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor. **À Câmara dos Deputados.**.....

10709

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR BERNARDO CABRAL – Proposta de redução da representatividade das bancadas de alguns estados do norte do País. Transcrição do editorial da Rede Amazônica de Televisão nos anais do Senado Federal, sobre a perniciosa idéia de reformulação da representação da Amazônia e, também, sobre a pretensa extinção da superintendência da Zona Franca de Manaus.

10710

SENADOR LAURO CAMPOS – Comentando notícia veiculada na imprensa sobre o desvio de verbas municipais em benefício de alguns candidatos do Partido dos Trabalhadores, em São Paulo. Direito à venda de bônus eleitoral como propulsor da indústria eleitoral no País. Esclarecimentos sobre adoções de padrões éticos. .

10712

SENADOR GILVAM BORGES – Reflexão sobre os sucessivos escândalos ocorridos no País. Confronto entre o PT e o PSDB para ver quem empunha a bandeira da moralidade. Manifestação de diversos segmentos da sociedade brasileira pró-reeleição. 10716

SENADORA MARINA SILVA – Manifestando-se favoravelmente à completa investigação das denúncias contra o PT e à imediata instalação da CPI proposta pelo Senador Pedro Simon, para investigar a relação dos partidos políticos com as empresas. 10719

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima segunda-feira, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. 10721

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal, no período de 1º a 31 de maio de 1997, e correspondência expedida. 10722

Lista nº 3, de 1997. 10727

3 – ATA DE COMISSÃO

10ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 20 de maio de 1997. ... 10728

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.416 a 1.420, de 1997 10750

5 – MESA DIRETORA

6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 70ª Sessão não deliberativa, em 30 de maio de 1997

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

Presidência do Sr.: Valmir Campelo.

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) –

A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 1.503/97, na origem, de 28 do corrente, encaminhando solicitação da Prefeitura Municipal de Osasco para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro Municipal – LFTMO, cujos recursos serão destinados ao refinanciamento da dívida mobiliária, vencível em 1º de junho de 1997.

Informa, outrossim, que por se tratar de rolagem de títulos emitidos para pagamento de precatórios judiciais, cuja emissão foi autorizada pelo Senado, os referidos títulos não são passíveis de refinanciamento, conforme disposto no § 3º do art. 16 da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal.

O expediente, anexado ao processado do Projeto de Resolução nº 21, de 1996, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Encerrou-se, no dia 28 último, o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Resolução nº 69, de 1997, que eleva para dez bilhões de dólares norte-americanos o valor a que se referem os arts. 1º e 2º, "a", da Resolução nº 57, de 1995, do Senado Federal; e

– Projeto de Resolução nº 70, de 1997, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a doze milhões, seiscentos e setenta mil, oitenta e três dólares norte-americanos e noventa e cinco centavos, junto a um consórcio bancário liderado pela Banque Paribas.

As matérias não receberam emendas e serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Esgotou-se no último dia 28 o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1995, de autoria do Senador Odacir Soares, que define como

crime contra o livre exercício do Poder Legislativo Federal ofensa à integridade corporal ou à saúde de membros desse Poder, e dá outras providências;

– Projeto de Lei do Senado nº 156, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que define o crime de expor a vida, a integridade corporal, ou a saúde de alguém, por meio do fornecimento de gás liquefeito em recipiente não adequado ao uso;

– Projeto de Lei do Senado nº 260, de 1995, de autoria do Senador Romeu Tuma, que dispõe sobre o crime de dano, alterando os arts. 163, 165 e 167 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal;

– Projeto de Lei do Senado nº 268, de 1995, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que dispõe sobre a revisão e a nulidade de processo de crime de responsabilidade, nos casos que menciona e dá outras providências;

– Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1996, de autoria do Senador Gilberto Miranda, que altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, determinando a aprovação prévia dos editais de licitação pelos Tribunais de Contas;

– Projeto de Lei do Senado nº 113, de 1996, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, determinando a busca imediata de criança ou adolescente reclamados como desaparecidos;

– Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1996, de autoria da Senadora Benedita da Silva, que altera a redação do art. 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e

– Projeto de Lei do Senado nº 206, de 1996, de autoria do Senador Sérgio Machado, que acrescenta parágrafo único ao art. 37 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

As matérias foram apreciadas conclusivamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 141, 156 e 260, de 1995, 113, 135 e 206, de 1996, aprovados, vão à Câmara dos Deputados; e os de nºs 268, de 1995, e 47, de 1996, vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de vez em quando, o País toma conhecimento de que aqui e acolá se pretende reduzir o número de Deputados de alguns Estados da Federação. Ainda na semana passada, através de um aparte que me concedeu o Senador Nabor Júnior, abordamos essa problemática.

Hoje, Sr. Presidente, volto a ocupar a atenção do Senado, em função de um editorial levado ao conhecimento de toda a Amazônia Legal, através do Amazon Sat, para o País inteiro, de autoria da Rede de Televisão Amazônica.

A importância do editorial demonstra que essa matéria não pode ser tratada, examinada, analisada como quem está fazendo uma brincadeira de faz-de-conta. Em primeiro lugar, porque a Amazônia ocidental e a Amazônia oriental, que já ficam ao sabor da má vontade de certos técnicos burocratas, começam agora a se ver também acoissadas pela incompreensão dos grandes Estados em favor dos pequenos.

Vou ler o editorial, Sr. Presidente, e, depois, tecerei comentários, inclusive à luz da Constituição Federal, sobre a matéria.

"Por que Sempre Prejudicar a Amazônia?

Começa a tomar corpo no Congresso Nacional, e a grande imprensa faz coro, a perniciosa idéia de reformulação da representação dos Estados nas duas Casas Legislativas que têm sede em Brasília.

Os chamados Estados fortes, que estão pendurados no Tesouro até o último centavo, não admitem que o seu peso político no Congresso se iguale ao atribuído à Amazônia. Eles acham que, no Norte e Nordeste, só há subdesenvolvimento, não sendo importante ponderar o quanto tais regiões carregam de recursos para o Tesouro Federal na forma de impostos, muitas vezes até suplantando o valor total das isenções fiscais concedidas, que propiciam mais emprego na implantação de indústrias de médio e grande portes."

Veja, Sr. Presidente, que, em se tratando de um editorial, é da responsabilidade da emissora de televisão, da Rede Amazônica, um assunto que não

comporta apenas o noticiário comum de um repórter que pudesse, *in loco*, ter verificado o que se passou.

A responsabilidade do texto continua, Sr. Presidente, quando assevera:

"É uma idéia tacanha, que, ao ser posta em discussão pela sociedade brasileira, com certeza será rejeitada.

Essa mesma má vontade, liderada por São Paulo contra a Amazônia, tem no seu bojo a pretensa sugestão de extinguir a Superintendência da Zona Franca de Manaus, como se a instituição – modelo de desenvolvimento regional que está dando certo, embora mutilado na essência pelo decreto-lei que a criou – fosse apenas um poder pessoal do eventual superintendente, e não um plenário austero que se completa com o seu conselho de administração e as superintendências adjuntas. É dever nosso a vigilância para denunciar qualquer tentativa de extinção da Suframa; ou de esquema burocrático que pretenda esvaziá-la, agregando-a hierarquicamente a Ministério ou Subsecretaria de Estado, inócuas."

E faz a seguinte ressalva, Sr. Presidente:

"A Zona Franca de Manaus está com a sua existência garantida até o ano 2013. Extingui-la, só mediante a derrogação da Constituição de 88; esvaziá-la por mero capricho político é insultar os brios amazônicos, e essa humilhação revidaremos à altura."

Sr. Presidente, veja V. Ex^a e a Casa que o editorial representa, indubitavelmente, a manifestação de uma população inteira. Primeiro, no que diz respeito à redução do número de Parlamentares; segundo, no que diz respeito à instituição, que tem a ver com a sobrevivência desse Estado.

Causa-me espécie que pessoas que não entendem da área legislativa e muito menos da constitucional digam que, por um simples projeto de lei, apresentado primeiro a uma Casa para sofrer revisão na outra, faria com que essa redução ocorresse.

Lerei, para que fique nos Anais, uma vez que sei que V. Ex^{as} têm conhecimento do assunto, o que diz o § 1º do art. 45 da Constituição Federal:

"§ 1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes neces-

sários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados."

Sr. Presidente, o texto é claro quando estabelece menos de oito Deputados. Somente por uma emenda constitucional, sobre a qual todos nós da Região Amazônica nos insurgiremos, é que se poderia pensar numa redução. Fazê-la através de um projeto de lei, quando nada, é um mero e simples tacanho conhecimento do Direito Constitucional, para não dizer outra coisa e, mais ainda, Sr. Presidente, para investir contra uma área que absolutamente nada tem a dever ao Sul do País.

Quero, em primeiro lugar, me solidarizar com o editorial da Rede de Televisão Amazônica.

O Sr. Lauro Campos – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Com muita honra, Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos – Eminentíssimo Senador Bernardo Cabral, o tema que V. Ex^a aborda é, como sói acontecer em suas manifestações, da máxima importância. Muitos estudos têm sido feitos há décadas, mostrando as relações econômicas e fiscais entre São Paulo e o resto do Brasil. A idéia de que havia, quase que por acaso ou por um destino histórico, dois brasis – o Brasil grande, o Brasil potência, centrado em São Paulo, e o outro Brasil pobre – passou a ser objeto de críticas, uma vez que uma outra concepção, um outro olhar, uma outra visão explica melhor, pelo menos do meu ponto de vista, o que acontece entre ambos os brasis. Realmente, tal como ocorre nas relações entre os Estados Unidos e o mundo pobre, a riqueza de São Paulo depende da pobreza do resto do Brasil. Somos o mercado para a indústria paulista; somos os fornecedores de matéria-prima a preços aviltados; constituímos a parte do País que obviamente não recebe de volta, no que se refere à receita tributária, os resultados da arrecadação. As benesses do BNDES centram-se obviamente em São Paulo e no seu empresariado. Quando vêm auxílios, como o do Proer, de mais de R\$20 bilhões, a Amazônia não recebe nada. Também nesse caso, concentram-se esforços salvacionistas e desenvolvimentistas em torno de São Paulo. E agora esse Estado pensa que pode impor regras às regiões mais pobres; logo São Paulo, que se manifesta contrariamente a toda e qualquer criação de zona ou área de livre comércio, a fim de não reduzir, com isenções e favores tributários, o grande bolo do qual é o maior favorecido. Vemos agora que essa loco-

motiva, que sempre foi movida pelo carvão fornecido pelos Estados, entra em crise, entra em colapso. E o que acontece? Cinquenta bilhões e quatrocentos milhões de reais serão injetados na economia paulista, que, por meio de "matemáticas", estatizações, federalizações da Fepasa e outros órgãos, conseguirá esses recursos, que todos pagaremos, porque somos nós os pagadores em última instância dessa imensa dívida de São Paulo, essa de R\$50,4 bilhões. E na hora em que pretendemos nos proteger contra o desemprego, contra a adversidade, criando essas zonas ou áreas de livre comércio, somos insultados por Senadores paulistas, que dizem que propor a criação de uma área de livre comércio é piada. Estou plenamente solidário com V. Ex^a. Sei muito bem que a visão paulista, a visão narcisista e a visão do pleno poder de São Paulo não permitem que se enxergue a realidade brasileira do ponto de vista dos Estados pobres. Obviamente, a zona de livre comércio constituiu uma tentativa válida, não fracassada, não falida, como é o caso do Estado de São Paulo, de proteger a sobrevivência de sua brava população. Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL – Senador Lauro Campos, V. Ex^a é um homem insuspeito quando aborda tema dessa natureza, não só por sua liderança em Brasília, mas também por exercê-la em âmbito nacional, e, mais ainda, pela sua reconhecida especialização nesse terreno econômico-financeiro.

Sei que V. Ex^a, quando moço, na biblioteca de seu pai – e esse foi um dos discursos que mais me comoveram neste plenário – na vasta leitura que fazia de uma matéria, tendia para outra profissão. Depois, inclinou-se para o Direito e, mais tarde, para o magistério. Agora, com absoluta precisão, V. Ex^a diz que, em relação aos R\$50 bilhões que serão destinados a São Paulo, sempre se faz uma cortina de fumaça quando se refere aos nossos Estados.

Sobre a história de que São Paulo é a locomotiva do País, e nós, os vagões, também poderia ser lembrado que, no começo do século, o Amazonas, no apogeu da borracha, contribuía com mais de 50% do Orçamento do País e nunca se arrogou, se classificou, se intitulou de locomotiva que puxa os demais Estados.

Veja, Senador Lauro Campos, a sabedoria de se escolherem três representantes por Estado para o Senado, pois esta Casa realmente representa os Estados, enquanto a Câmara representa a população. Essa decisão é sábia, porque faz com que o voto do Amazonas e o do Distrito Federal sejam iguais ao de São Paulo. Se assim não fosse, estaria-

mos à mercê de uma maioria que jamais permitiria que se corrigissem erros que eventualmente viesse a cometer. Por exemplo, se hoje São Paulo unir-se, em torno de uma candidatura para a Presidência da República, com o Rio de Janeiro e Minas Gerais ou o Rio Grande do Sul, não haverá outro Estado com capacidade eleitoral, em termos de votos, para eleger seu candidato, a não ser com uma margem de sorte muito grande ou com a possibilidade de São Paulo vir a apoiar um candidato único, quando não houver divisão entre os candidatos saídos desse Estado.

Ora, imagine se, de uma hora para outra, o Distrito Federal e o meu Estado se virem reduzidos a quatro Parlamentares para enfrentar São Paulo, que tem setenta. Nesse caso, que projetos seriam aprovados? Apenas os que passassem pelo beneplácito desse grande Estado.

Por isso, Sr. Presidente, não ofereço minha solidariedade ao editorial da Rede de Televisão Amazônica, à frente o Dr. Phelippe Daou e Milton Cordeiro, mas vou requerer a V. Ex^a – e tenho que V. Ex^a deferirá – a transcrição nos Anais do **Diário do Senado Federal**, para que essa peça conste como advertência de que uma população pode insurgir-se e, na sua insurreição, declare que não vamos submeter-mos a essa humilhação, que será revidada à altura.

Ao requerer a transcrição, Sr. Presidente – para sorte minha, um representante do Distrito Federal, Senador Valmir Campelo, está na Presidência – manifesto que tenho certeza de que será deferida, repito, como uma advertência à Nação.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. BERNARDO CABRAL EM SEU DISCURSO**

POR QUE SEMPRE PREJUDICAR A AMAZÔNIA?

Cláudio Rosas

Começa a tomar corpo no Congresso Nacional, e a grande imprensa faz coro, a perniciosa idéia de reformulação da representação dos estados nas duas Casas Legislativas que têm sede em Brasília.

Os chamados estados fortes, que estão pendurados no tesouro até o último centavo, não admitem que o seu peso político no Congresso se iguale ao atribuído à Amazônia.

Eles acham que no Norte e Nordeste só há subdesenvolvimento, não sendo importante ponderar o quanto tais regiões carregam de recursos para o Tesouro Nacional na forma de impostos, muitas ve-

zes até suplantando o valor das isenções fiscais concedidas que propiciam mais empregos na implantação de indústrias de médio e grande portes.

É uma idéia tacanha que, ao ser posta em discussão pela sociedade brasileira, com certeza será rejeitada.

Essa mesma má vontade liderada por São Paulo contra a Amazônia tem no seu bojo a pretensa sugestão de extinguir a Superintendência da Zona Franca de Manaus, como se a instituição – modelo de desenvolvimento regional que está dando certo, embora mutilado na essência do decreto-lei que a criou – fosse apenas um poder pessoal do eventual superintendente, e não um plenário austero que se completa com o seu conselho de administração e as superintendências adjuntas. É dever nosso a vigilância para denunciar qualquer tentativa de extinção da Suframa; ou de esquema burocrático que pretenda esvaziá-la, agregando-a hierarquicamente a ministério ou subsecretaria de Estado, inócuos.

A Zona Franca de Manaus está com a sua existência garantida até o ano dois mil e treze. Extingui-la, só mediante a derrogação da Constituição de oitenta e oito; esvaziá-la por mero capricho político é insultar os brios amazônicos e essa humilhação revidaremos à altura.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Com a palavra o nobre Senador Lauro Campos. S. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LAURO CAMPOS (BLOCO – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é tão rica e convidativa, inspiradora mesmo, a atividade política no Brasil, tão efervescente e tão provocativa que, muitas vezes, como acontece hoje, nós, que ocupamos esta tribuna, ficamos na dúvida sobre qual matéria tratar, porque sempre estaremos desprezando muitos fatos, acontecimentos e fenômenos importantes que mereceriam a nossa atenção e análise.

Mas, Sr. Presidente, não poderia deixar de tratar de um assunto que subiu às manchetes de todos os jornais, não obviamente pelo peso e pela importância do dinheiro comprometido – são importâncias bastante pequenas -, mas a acusação de que teria havido desvio de verbas municipais em benefício de alguns candidatos do Partido dos Trabalhadores, em São Paulo, assumiu uma importância insólita. O Partido dos Trabalhadores e os seus pobres representantes na Câmara e no Senado, raríssimas vezes, acho que nunca, conseguiram alçar os seus

modestos nomes ao brilho das manchetes dos jornais. E, de repente, a imprensa se abre, como se o Partido dos Trabalhadores fosse digno do espaço das primeiras páginas. Realmente, quando acontece de quando em quando esse fato é porque essas manchetes são contrárias aos interesses do Partido dos Trabalhadores e vêm criticar algum comportamento do Partido. Aliás, essas manchetes fazem muito bem em exagerar, em não dar importância a R\$1 milhão, que serviram para comprar o voto de cinco Deputados Federais quando da votação de matéria relativa à reeleição do Presidente FHC.

Pois bem, o companheiro Lula é acusado de morar numa casa que pertence a um empresário ligado a uma tal de CPEM, que fornece seus serviços de assessoria a trezentos municípios do Estado de São Paulo. Não entrarei no mérito, até porque desconheço, em parte, os acontecimentos que, depois de três anos, foram ressuscitados pela imprensa e por um ex-companheiro petista que, tendo sido secretário de dois desses municípios, acabou fazendo denúncias de que em São José do Rio Preto a administração anterior, não petista, havia feito um contrato de R\$15 milhões. Ele sustou o pagamento de R\$5 milhões e entrou na Justiça contra o pagamento dos R\$10 milhões restantes feitos à empresa CPEM em contatos anteriores à gestão do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, pretendo aproveitar esta oportunidade para, mais uma vez, voltar a um assunto que me preocupa há muito tempo, qual seja, a existência de investimentos eleitorais neste País.

De uma hora para outra as coisas mudam. Aquilo que era invectivado até mesmo pela Velha República, as reeleições sem desincompatibilização, de uma hora para outra, isto que era uma aberração política, que era mais um crime político a tentativa de permanência no poder através da reeleição, agora recebe as bênçãos da constitucionalidade. Constitucionalizaram os comportamentos sociais divergentes e condenados. Obviamente expunge de qualquer pena, de qualquer condenação, aqueles que passam a praticar os atos outrora condenados e agora respaldados pelo direito constitucional.

Parece-me que o que aconteceu com o direito da venda de bônus, criada na legislação eleitoral brasileira, foi justamente isto: um procedimento condenável que estabelece conluios e relações que inquinam de dúvidas qualquer mandato tanto do Legislativo quanto do Executivo. As empreiteiras passaram a ter o direito de financiar legalmente os can-

didatos de sua preferência. Isso fez com que se abrisse uma verdadeira indústria eleitoral neste País. PC Farias não foi o primeiro, nem tampouco o inventor dessa forma espúria e condenável de se conseguir recursos para a campanha e que das suas sobras se beneficiam os candidatos, eleitos pelas empreiteiras, pelos banqueiros antes de terem sido eleitos ou derrotados pelo povo.

Transformar o voto em mercadoria e fazer um mercado livre das consciências que passam a ser compradas por esses votos é, realmente, algo altamente condenável. Para mim continua a ser um crime, porque a minha consciência e as minhas normas éticas condenam esse tipo de utilização do dinheiro, dessas bombas monetárias que acertam diretamente os quartéis eleitorais e os corrompe.

Pois bem, há três anos me insurji contra essas práticas legais e imorais, tão legais quanto antiéticas, e escrevi um texto que fiz circular internamente no meu Partido – Partido com o qual tenho relações bastante estranhas. Senador da República, ex-candidato ao Governo do Distrito Federal, candidatura à qual renunciei, nunca ocupei nenhuma posição na administração do Partido. Sou um petista solitário, nunca pertenci a nenhuma das facções do Partido dos Trabalhadores; sou isolado, sou independente. Por isso, posso e pude escrever o texto em que eu previa que acontecimentos como esse de São Paulo, nas horas azadas, nas horas adequadas aos interesses dos grandes partidos, dos grandes partidos da burguesia, viriam à tona e que dentro do Partido esses procedimentos não têm o respaldo das bases do Partido dos Trabalhadores, procedimentos legais, e que eu acho antiéticos.

Ah, bem, mas os Estados fazem a mesma coisa! Não há dúvida. Os Estados Unidos fazem a mesma coisa. E desde quando os Estados Unidos podem constituir um paradigma para ser seguido em matéria de ética, em matéria de dignidade, em matéria de democracia? Agora mesmo, o Presidente Clinton, recém-eleito, acaba de ser flagrado, tendo recebido recursos para a sua eleição – muito suspeitos – daquilo que existe de mais suspeito em termos do empresariado mundial. E, inclusive, foram cobrados US\$20 mil para tirar retratos com mafiosos conhecidos; US\$ 20mil, cada pose, para fazer o fundo de campanha.

De modo que pretendo, nesses poucos minutos que me restam, tentar esclarecer que existem dois padrões éticos diferentes, e esta dualidade é o resultado da própria oposição entre capitalistas, banqueiros e trabalhadores.

Quando a Idade Média se transforma, o sistema feudal começa a ser revolucionado pelas relações capitalistas, pela acumulação de capital; então também a moral dominante na Idade Média, a moral católica apostólica romana se cinde, e vemos aparecerem diversas seitas reformistas: os calvinistas, na Alemanha; os anabatistas, os presbiterianos, os anglicanos – já desde Henrique XVIII – e se cindem à antiga unidade cristã católica. Pois bem, esta cisão se baseou justamente no fato de que os reformistas acusavam a Igreja Católica daquilo que ela não poderia se defender. A ética do caminho, a ética da simplicidade, a ética dos pescadores, a ética da solidariedade humana, a ética do amor ao próximo havia abandonado completamente a estrutura política e o poder, quando a Igreja Católica assume a dianteira do sagrado, do santo império romano. Os papas passam a ser generais, as conquistas e a coroação de reis e de príncipes parte do Vaticano, e aí há a corrupção, um outro padrão de comportamento, um outro padrão de ética permissivo chega a abençoar o casamento de papas com familiares próximos, consangüíneos diretos.

O Sr. Bernardo Cabral – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. LAURO CAMPOS – Pois não.

O Sr. Bernardo Cabral – Sei que V. Ex^a está a terminar, a concluir o seu discurso, mas eu não queria deixar, Senador Lauro Campos, vendo o fio condutor filosófico do seu discurso, que é sobretudo a ética – às vezes o que é legal nem sempre é moral -, e verifico que V. Ex^a, todas as vezes que vai para a tribuna, é uma espécie de animal político confinado na jaula da sua dignidade pessoal. Agora mesmo, quando V. Ex^a declara uma estrela solitária, é parte dessa dignidade que lhe faz militar, neste ou em qualquer outro Partido, e aqui vamos deixar de lado quais seriam as siglas partidárias. Quando V. Ex^a agora faz a incursão pela chamada criação da Igreja Anglicana, do Rei Henrique VIII, com a sua Ana Bolena, com Thomas Morus, com a sua Utopia, tudo isso me faz lembrar de que a política só vale, em verdade – e falo aqui na Política com letra maiúscula -, quando exercida com dignidade. Não importa, Senador Lauro Campos, qual seja o partido onde o cidadão esteja a atuar, ele será sempre um ponto de baliza, será alguém que aponta caminhos, que indica soluções. Sobre o fio condutor filosófico do seu discurso, peço, primeiro, que me desculpe pela interrupção; segundo, que aceite a minha solidariedade.

O SR. LAURO CAMPOS – Nobre Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a é um craque; V. Ex^a, quan-

do faz algum aparte a um orador que se encontra na tribuna, atinge o âmago, o ponto crucial das questões. E V. Ex^a não pode imaginar como o seu aparte tem para mim um significado muito especial, o significado de um dos grandes elogios que recebi na minha vida, porque, realmente, é este o ponto de honra; o ponto de honra é a honra, no caso.

De modo que, então, V. Ex^a percebe quão grande deve ter sido o sacrifício, ao longo de uma vida, entre duas opções, o ostracismo, a derrota ou a vitória malconquistada. Eu preferi sempre a derrota. Fui derrotado duas vezes e em duas vezes eu me senti vitorioso. Os meus familiares, meus amigos sabem disso e ficaram até perplexos, pois não houve nenhuma contrariedade, já que perdi uma eleição como se perde um fio de cabelo cortado ou um pedaço de unha que cresceu além do devido. Não perdi nada, perdi apenas uma eleição, mas não perdi a dignidade, não perdi a honra, não perdi a ética, que realmente me preocupa.

Continuando a falar sobre o assunto, a partir de determinado momento, as discussões éticas saíram da estratosfera para passarem para a realidade. Foi Max Webber, entre outros tantos, que percebeu essas modificações que a prática capitalista impôs aos padrões éticos e que os padrões éticos emergentes dessas seitas reformistas eram muito mais adequados ao capitalismo, ao seu espírito e às necessidades do capitalismo do que o eram as antigas normas católicas medievais. Essas normas reformistas deixaram de considerar, por exemplo, a riqueza como pecado. A acumulação da riqueza, ao contrário dos católicos romanos, passou a ser um sinal da graça, um sinal de que alguém estava ajudando a completar a obra de Deus na terra; portanto, havia aí a segurança de que Deus estava com o empresário enriquecido, aquele que acumula capital, aquele que, através do trabalho, e não através da penitência, vai galgando o caminho do céu. É na empresa e no trabalho, é na atividade produtiva, de acordo com a maior parte das seitas reformistas e não através da penitência e dos joelhos em cima de grãos, que se pode conquistar a graça, que se pode alcançar os céus.

Aquela condenação de São Tomás de Aquino contra a cobrança de juros, **pecunia pecunium parera non potest** – dinheiro não pode parir dinheiro -, foi abandonada pelas seitas reformistas muito mais consentâneas com a cobrança do juro e da usura. Então, novos padrões éticos surgiram porque houve uma mudança no mundo. Com a formação do capitalismo, surgiram dois padrões de conduta: aquele

que afirma que a acumulação de riqueza é uma vitória, é uma forma de mostrar a superioridade daquele ser acumulativo e acumulador, que a concorrência deve prevalecer; e o da outra classe social, que, com outras normas éticas, afirma que a acumulação é desumana, que deve ser condenada, que é problemática e que vai trazer também uma crise para os próprios acumuladores, uma crise de sobreacumulação. E afirma, a ética dos pobres, a ética dos fracos, a ética dos oprimidos, que é realmente no trabalho que se modifica o mundo e que se modifica cada ser individual.

Mas eles sabem muito bem que o seu trabalho **sic vos non vobis**, que eles não trabalham para si, mas trabalham para serem explorados por aqueles que acumulam e transformam a acumulação em sua virtude. A acumulação de quê? Do resultado, do produto do trabalho alheio não pago.

Então, essa consciência de que existem dois padrões de conduta, aos quais correspondem duas éticas diferentes, vai-se aprofundando. É a solidariedade, e não a concorrência, o padrão ético do comportamento dos pobres. Eles devem se reunir, sim, em sindicatos para proteger a sua pobreza e o seu pequeno espaço.

Os outros pregam a concorrência, a concorrência desvairada, a livre concorrência, que permite até a compra e venda de escravos no mercado livre da escravidão. Livre concorrência que permite a compra de escravos, de seres humanos livre e democraticamente.

Os padrões de comportamento dos trabalhadores geraram e produziram uma outra ética, diferente, completamente diferente, até mesmo oposta à ética dos ricos, à ética dos enriquecidos, à ética dos concentradores, à ética daqueles que racionalizam a sua ação, conquistam a Índia e destroem o artesanato indiano, fazem duas guerras do ópio na China, avançam sobre o Japão, destroem os índios na América em nome do capital, em nome da riqueza que deve ser acumulada sem limite. Portanto, existem dois padrões de comportamento, dois padrões éticos que se diferenciam na prática.

Pois bem, para mim, o Partido dos Trabalhadores deveria lutar para que um fundo federal, gerido pela Justiça Eleitoral, pelo Tribunal Eleitoral, fosse criado, a fim de que apenas dele fossem obtidos recursos para financiar as eleições; qualquer outro recurso deveria ser alcançado pela Justiça e punido exemplarmente. Dessa forma, teríamos uma concorrência sim, mas não uma concorrência capitalista oligopolista, monopolista, mas uma concorrência entre iguais.

Stuart Mill, que não era marxista, quase nobre, privilegiado, filho de filósofo, considerado um sábio na Inglaterra, dizia que não é possível haver concorrência, por exemplo, com herança, pois alguns recebem heranças enormes e começam a concorrer já no ponto da chegada, já com o pé no pódio, enquanto outros, completamente destituídos de herança, têm que começar a sua corrida perdida de antemão.

Portanto, estamos dizendo que o Partido dos Trabalhadores deveria seguir a sua ética, deveria preferir perder eleições a ganhar através de uma proximidade com esses padrões éticos que condenamos. À medida que a ação prática fez com que alguns segmentos do Partido dos Trabalhadores se aproximassem da burguesia paulista dos banqueiros, na prática fomos nos envolvendo com os padrões morais dessas facções opostas.

Tem muita razão a imprensa quando desenterra fatos de três, quatro, cinco anos – desvios não comprovados até hoje -, para publicar manchetes como: "TCR aprova cinco contratos de empresa ligada ao PT".

Há quase quatro anos, escrevi que o Partido dos Trabalhadores ficaria comprometido se viesse a se valer dos recursos de campanha que as empreiteiras em crise estavam fornecendo aos candidatos a cargos eletivos, comprometendo, obviamente, os seus mandatos, porque, ao serem financiados, teriam que pagar. E têm que pagar, sim! Têm que dar o troco, ou por meio do fornecimento de obras sem concorrência, ou por meio de preços supervalorizados, ou com outro favor qualquer. Não pensem que as empreiteiras ou os bancos dão de graça. Não dão, não! Olhem o Proer mostrando que não foi à toa que os bancos fizeram grandes investimentos eleitorais! E fazem investimentos eleitorais jogando do primeiro ao quinto, jogam em todos, jogam nas três colunas. Portanto, cobrem qualquer possibilidade de perda. Então, como dizia, falei que, nos cinco anos seguintes, o Partido dos Trabalhadores estaria dividido, interna e externamente, em torno dessas questões levantadas por ocasião da última eleição, quando candidatos nossos receberam recursos dessas empreiteiras e desses banqueiros...

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Nobre Senador Lauro Campos, perdoe-me, mas seu tempo está esgotado em 09 minutos. Temos outros oradores inscritos. Pediria a compreensão de V. Ex^a no sentido de encerrar o seu pronunciamento.

O SR. LAURO CAMPOS – Peço desculpas. Dentro de um minuto estarei terminando o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Está concedido o tempo para que V. Ex^a possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. LAURO CAMPOS – Portanto, para mim não é surpresa que isso esteja acontecendo. Realmente, nosso grande defeito foi termos abandonado a prática da humildade, da simplicidade, que são as bases do Partido dos Trabalhadores, e passarmos a ter alguns relações espúrias, do nosso ponto de vista, com essa burguesia nacional, selvagem e desumana, que objetivamos combater.

Na última eleição, o companheiro Lula, que não tem uma casa para morar e que está morando até hoje em casa de um empresário amigo, recebeu, para a sua campanha eleitoral, o correspondente a 10% da quantia que favoreceu a candidatura de Fernando Henrique Cardoso; 10% apenas. E nós somos os pecaminosos! Isso até nos envaidece. A sociedade e os jornalistas sabem que aquilo que não tem importância, que é normal, curial, cotidiano na vida dos partidos e dos políticos burgueses é, para nós, um desvio de conduta, porque a nossa ética é outra. Infelizmente, muitos companheiros do Partido dos Trabalhadores não perceberam essa dicotomia existente entre os padrões éticos. Sim, porque até a **omertà** dos mafiosos e a **ndrangheta** constituem uma norma ética de comportamento. A nossa ética é completamente diferente, porque a nossa prática é diametralmente oposta à dos banqueiros, à dos empreiteiros e à dos grandes capitalistas, principalmente neste País em que o capitalismo se apresenta com as suas características selvagens, desumanas e excludentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges. S. Ex^a dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de registrar a presença do nosso Diretor da Rede Amazônica de Televisão, que representa o empresário Phelippe Daou, e referir-me também ao pronunciamento brilhante do nosso querido Senador Bernardo Cabral. Há pouco, Sr. Presidente, tivemos também o pronunciamento de um dos patrimônios morais deste País, o Sr. Senador Lauro Campos.

Sr. Presidente, esses escândalos sucessivos são motivos de reflexão para todos nós. Na última Legislatura, fui Deputado Federal e tive a oportuni-

dade de vivenciar os momentos de crise que nos levaram a cassar um Presidente da República. Tive também a oportunidade de ser um dos muitos abordados na grande empreitada para tentar reverter a cassação do Presidente Collor. Recebi visitas e fui abordado nesse sentido. O meu interlocutor dizia-me que estávamos em eleições municipais e que era preciso um apoio aos nossos candidatos a prefeito. Não demorei nem dois segundos para responder não. Tinha, na época, e tenho um compromisso com o meu País. O Presidente Collor foi cassado.

Vivenciei um episódio quando outros três Deputados foram cassados. Conhecia os três e fui abordado por eles também. Pediram-me para mudar de Partido por um mês e prometeram ajudar-me na campanha dos meus candidatos a prefeito. Eu disse não, mantendo a minha dignidade e compromisso. Os três Deputados foram cassados.

Sr. Presidente, com o escândalo do Orçamento da União, os "anões do Orçamento" também foram cassados.

Presenciei, Sr. Presidente, todos esses momentos históricos na Câmara dos Deputados. Hoje, estamos vendo um escândalo que envolve um dos Partidos de maior credibilidade, que tem pautado a sua filosofia na moralidade, em trabalhar o Erário com honradez, em aplicar investimentos com dignidade. Sou do PMDB e o meu Partido já foi um dos referenciais de moralidade deste País. Em seguida, tivemos muitos companheiros envolvidos em escândalos.

O PT, hoje, enlameado, provoca a renúncia de seu presidente de honra. É lamentável quando encontramos as militâncias espantadas, cabeças baixas, sem compreender como são os meandros do poder. Eu dizia aos amigos que o PT não é diferente do PSDB; o PSDB não é diferente do PMDB ou do PL. O que muda é o estilo, mas a prática de manutenção de poder e de viabilização de recursos para apoio de campanhas não é diferente. Aí está a prova. E não se pode, de maneira nenhuma, fazer campanha sem financiamento. O cidadão comum deposita no seu candidato as suas esperanças e as suas expectativas não simplesmente mediante o seu voto, mas também através de uma contribuição à conta-corrente aberta pelo Partido ao público de modo geral.

Sr. Presidente, é lamentável que estejamos vivenciando essas crises. Observamos as manifestações dos meios de comunicação e nos indagamos: e agora, quem tem moral para quê? Foi crime? Eu

pergunto: é crime o PT ter legalmente recebido financiamento para suas campanhas, se a lei hoje afirma claramente que todos os segmentos econômicos e sociais participam diretamente das eleições?

Sr. Presidente, são os contrários que movem. Das sociedades feudais à Revolução Industrial surge, então, toda uma teorização entre o capital, entre exploradores e explorados.

A Srª Marina Silva – Permite V. Exª um aparte?

O SR. GILVAM BORGES – Já concederei o aparte a V. Exª.

Está comprovado historicamente, Sr. Presidente, que não passa de um sonho a Utopia de Thomas More, em que ele teorizava que todos pudessem viver irmanadamente, comungando, dividindo, de todos os benefícios produzidos. Sonho, nada mais.

São características do ser humano, da pessoa, do homem, do animal racional a ambição, o desejo, o crescimento, a disputa. E essa disputa é inevitável, é a premiação da vida pelo próprio trabalho. Os detentores dos meios de produção têm de partilhar, mas são premiados pela sua liderança, pelo seu trabalho, pelo seu compromisso e pela sua responsabilidade.

Caiu o Muro de Berlim e ainda insistimos que é possível fazer. Está comprovado, historicamente, que seria fantástico que todos pudéssemos compartilhar. Dentro da teoria sempre fui um comunista convicto, como se comungar, ajudar, ser solidário, dividir, compartilhar fosse o grande caminho. Só que, na prática, não é assim que funciona; funciona o prêmio. Karl Marx e Engels pecaram justamente em não compreender a complexidade deste homem como pessoa inteligente e que não pode ficar enclausurado como em um bando de animais irracionais, que teriam roupa, alimentação e os bens que são produzidos. O homem é mais do que isso, o homem é um semideus, pela sua inteligência, pela sua capacidade de discernimento e, a partir daí, ele tem que crescer.

Sr. Presidente, esses escândalos sucessivos são compreensíveis. Mas, mesmo com todas esses desatinos, esses escândalos e essas disputas de poder, nós compreendemos. O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem trazido ao País um equilíbrio fantástico; homem de formação intelectual e política, tem trazido posições de avanço muito importantes para o nosso País. Isso não podemos negar. Mas não podemos também dizer que tudo é culpa sua; pequenos escândalos que surgem, às vezes, estão fora do seu alcance.

Em uma visita do Papa ao Brasil, fui ao Palácio do Planalto, e, vendo os cardeais, dizia para o meu colega: "O problema não é o Papa, são os cardeais."

Algumas pessoas merecem todo o nosso respeito. O Presidente Fernando Henrique merece o nosso respeito. Tenho acompanhado pela televisão e pelo rádio essa verdadeira guerra entre o PSDB e o PT, para ver quem é que empunha melhor a bandeira da moralidade.

Concedo o aparte à nobre Senadora Marina Silva.

A Srª Marina Silva – Senador Gilvam Borges, em relação à referência que faz V. Exª sobre os financiamentos de campanha, quero dizer que existe uma lei que regula e ampara o assunto. Agora o que está sendo denunciado é o direcionamento de verbas públicas para uma empresa com fins outros. Nesse caso, a minha opinião é que deva ser investigada a denúncia feita com relação a compra de votos. Acho que aí consiste a diferença: há uma grande quantidade de lideranças, de dirigentes do Partido dos Trabalhadores que defendem a investigação às últimas consequências. Coisa que eu não vi em outros partidos com relação à compra de votos. Foram muito poucos aqueles que seguiram o exemplo do Deputado Almino Affonso, que se colocou claramente a favor de uma CPI. E fico muito feliz que existam, em diferentes partidos, pessoas com essa índole, com essa coragem. Um dia desses me perguntaram com que pessoas dava para contar no Senado. E eu respondi que, em alguns assuntos, dava pra contar com todos e, em outros, dava para contar com poucos. Mas mesmo quando dá para contar com poucos, fico muito feliz em saber que tenho Josaphat Marinho no PFL, que tenho o Requião no PMDB – estou citando só alguns, tem mais gente –, fico feliz em ter a Emilia Fernandes no PTB, e assim por diante. Porque não deve ser mérito apenas de um partido ter pessoas honestas, comprometidas e competentes, etc. Então, entendo que a generalização, em primeiro lugar, não ajuda. Acho que é isso que se está querendo fazer, dizer que são todos iguais. Todos os políticos do PFL não são iguais ao João Maia e ao Ronivon Santiago. Todos os políticos do PMDB não são iguais a alguns que conhecemos. Portanto, penso que a generalização é perigosa. E a diferença é que, nesse caso, boa parte das lideranças do Partido dos Trabalhadores – e eu ainda não vi nenhum dizendo que é contra a investigação – quer a investigação às últimas consequências. Não defendo duas éticas, uma que é para mim e outra para eles, defendo que se tenha uma ética. O meu limite é a minha ética, doa a quem doer. Se há problemas, têm que ser levado às últimas consequências, se tem que cortar um braço, o pescoço, a

cabeça, mesmo doendo, tem que ser feito. Leio no jornal **Folha de S. Paulo** o seguinte: "Presidente Regional do PT, em São Paulo, Deputado Federal João Paulo Cunha, afirmou ontem que a melhor forma de o Partido reverter os danos causados por essa denúncia é uma CPI." Fico feliz que o Presidente do PT de São Paulo esteja defendendo uma CPI, assim como nós defendemos a CPI da compra de votos. Não concordo com essa história de que somos todos iguais e de que a política é assim mesmo. A política não é assim mesmo, ela deve ser um espaço para a defesa do interesse público e não para meia dúzia que querem se locupletar às expensas do dinheiro público. Discordo de V. Ex^a nesse aspecto e acho que as generalizações são perigosas. Como temos aqui uma tribuna e um espaço público para dialogar com a sociedade, temo que não sejam muito educativos.

O Sr. Bernardo Cabral – Senador Gilvam Borges, V. Ex^a me permite um aparte e, assim, poderá responder aos dois.

O SR. GILVAM BORGES – Pois não.

O Sr. Bernardo Cabral – Quero dizer que não só a generalização é perigosa, às vezes a exceção também, já que se pode fazer uma injúria por exclusão. Quero dizer que eu faço parte também do PFL e me sinto um homem honrado.

O SR. GILVAM BORGES – Senadora Marina, agradeço o aparte de V. Ex^a...

A Sr^a Marina Silva – Não sei se o Senador Bernardo Cabral entendeu o que falei, mas não quis excluir ninguém, por favor...

O SR. GILVAM BORGES – Nós compreendemos, Senadora.

A Sr^a Marina Silva – Eu só quis dizer que existem mais pessoas, não apenas o Senador Josaphat Marinho, só quis dizer que todos do PFL não são iguais ao Ronivon ou ao Deputado João Maia. Aliás, quando fiz essa afirmação, não ofendi os demais. Citei um exemplo só, porque, em alguns momentos, o Senador Josaphat Marinho é colocado como sendo, inclusive, aquele que diverge, de forma bem clara, de algumas orientações partidárias. Mas longe de mim querer fazer a generalização, tanto é que fiz exatamente essa afirmação.

O SR. GILVAM BORGES – Se essa generalização está longe de V. Ex^a, Senadora, está bem longe de mim também. Não se pode generalizar. Não há dúvida quanto a isso.

Compreendo perfeitamente a preocupação do Partido de V. Ex^a e as discussões internas que estão

ocorrendo. Mas é preciso que se diga que nem sempre se tem o controle absoluto de todas as pessoas.

Já que V. Ex^a falou na questão da compra de votos, seria interessante uma discussão mais ampla sobre o assunto. Muitos fatos fogem do controle de um partido; dentro do PT, aconteceu o mesmo.

Através do que estou percebendo, do que estou sentindo, do que estou absorvendo nas leituras e nos programas de televisão, creio que o Presidente de Honra do PT está sendo vítima de todo esse processo. Ele não merece ser expulso do partido. A meu ver, não se pode chegar ao extremo de se tentar denegrir a imagem de uma pessoa.

O mesmo pode-se dizer em relação à reeleição. Ela interessa a todo o País? Sim, claro! V. Ex^a sabe, como todos os membros desta Casa, que houve uma mobilização de Norte a Sul do País nesse sentido. Todos os Governadores, todos os Ministros, uma grande parcela de empresários estiveram envolvidos diretamente nessa questão. Houve também o processo de convencimento dos Parlamentares para que votassem "sim". Qual teria sido o argumento com relação aos empresários? Talvez a estabilidade econômica, a necessidade de se prosseguir com ela. Não sei qual foi o tipo de argumentação.

Algum outro grupo, até mesmo para mostrar trabalho, para mostrar serviço – isso foge do alcance das autoridades maiores -, utilizou métodos incorretos, desonestos. Quer dizer, aplica-se o princípio maquiavélico: não interessam os meios, o que justifica são os fins. Determinados grupos atuaram em determinadas bancadas, com os Parlamentares devidamente mapeados, para tentar fazer o convencimento. E alguns convencimentos, Senadora, foram feitos sim, por exemplo, com os próprios Deputados Ronivon e João Maia, que o declararam. Porém, tenho certeza absoluta de que não se tratou de todo mundo. De 70% a 80% da Câmara dos Deputados tiveram seu posicionamento favorável à reeleição.

Hoje, o PT vive um escândalo terrível. De repente, temos uma faixa, vendemos uma imagem perfeita, mostramos que somos sérios e honestos em nossos posicionamentos, mas, internamente, acontecem outras coisas no Partido. Isso mostra que não podemos generalizar. V. Ex^a é uma Senadora que tem mostrado o seu valor nesta Casa, assim como tantos companheiros que temos aqui.

Esta é a regra de todos os segmentos de trabalho, Senadora: existem as "maças podres". Portanto, não quero, de forma alguma, neste meu pronunciamento, generalizar. Muito pelo contrário. No Senado Federal, tivemos 63 votos favoráveis à ree-

leição, e tenho convicção e certeza absoluta de que aqui não houve nenhum tipo de manobra nesse sentido, já que as Lideranças têm muita experiência e sabem que caminho seguir.

Sr. Presidente, esses escândalos sucessivos que ocorrem já ocorreram no PMDB, com a cassação de vários Parlamentares, quando o Partido passou por uma crise e caímos em desgraça; alguns companheiros não conseguiram se manter numa posição séria e honesta. Esses escândalos, hoje, estendem-se ao PT, que tinha a estampa de Partido da moralidade pública.

Quero congratular-me com os Senadores Bernardo Cabral e Lauro Campos, que me antecederam, e dizer a todos os companheiros que, apesar dos pesares, com todas as dificuldades, o Brasil tem bons horizontes. Acredito que, dentro de 10 a 15 anos, o País estará se ajustando, com certeza absoluta. Há alguns que pensam que isso ocorrerá imediatamente; outros, escandalizam-se e há aqueles que são extremamente pessimistas e entendem que vivemos o caos. Creio que estamos vivendo uma das nossas melhores fases, apesar do desemprego e da falta de investimentos na área social. No entanto, há algo extremamente importante que está sendo feito: as reformas constitucionais, que têm o objetivo de "arrumar a casa" para começar o grande avanço.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva.

A SRª MARINA SILVA (Bloco – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, desejo insistir em um breve esclarecimento, porque me parece que o Senador Bernardo Cabral ficou ofendido por eu ter citado apenas o nome do Senador Josaphat Marinho como Parlamentar isento no PFL. Longe de mim, com essa citação, querer dizer que no PFL existe apenas o Senador Josaphat Marinho. Pelo contrário, fico triste em saber que o Senador entendeu dessa forma, porque a minha colocação foi no sentido de dizer que nem todas as pessoas dentro do PFL são iguais aos Deputados Ronivon e João Maia. Quero, portanto, fazer esse reparo. Creio que fui mal interpretada. De qualquer forma, peço desculpas, porque não faz parte da minha índole esse tipo de acusação para ferir as pessoas.

O motivo do meu pronunciamento é um assunto que já vinha sendo abordado pelo Senador Gilvam Borges com relação às denúncias que estão sendo feitas contra o Partido dos Trabalhadores.

Sou da opinião, como falei, de que não podemos ter dois pesos e duas medidas: "com a vara que se mede se é medido".

Nesse momento, há uma denúncia contra o Partido dos Trabalhadores. Não devemos ter medo de que a investigação seja levada às últimas consequências, afinal de contas, é isso o que estamos pedindo com relação à denúncia da compra dos votos e temos que ser coerentes.

A Comissão que está investigando o caso, tendo à frente o Deputado Hélio Bicudo e um vereador do Estado de São Paulo, dará um esclarecimento à sociedade sobre os fatos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, se houver um outro instrumento que seja mais eficaz para a elucidação dessa questão, que seja também encaminhado. A meu ver, a melhor forma de se esclarecer definitivamente esse assunto é a imediata instalação de uma CPI, proposta pelo Senador Pedro Simon, que investigue o envolvimento de partidos com empresas no processo de financiamento de campanhas. Se assim procedermos, com certeza a denúncia do Partido dos Trabalhadores será esclarecida.

O Sr. Roberto Requião – V. Exª me permite um aparte?

A SRª MARINA SILVA Pois não, Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião – Senadora Marina Silva, não tenho dúvidas de que toda denúncia deve ser investigada. Essa denúncia que hoje alveja o PT tem que ser esclarecida. Como observador externo – sou membro do velho MDB de guerra –, tenho acompanhado isso pelos jornais. Num jornal absolutamente insuspeito, no caso, **O Globo**, tomei conhecimento de que a tal CPEM tem contrato com 300 Prefeituras. Nesse rol de denúncias, não vi nenhuma contra as 296, das 300, que não são do PT. Creio que a responsabilidade das administrações petistas devem ser investigadas, mas me parece claro que, ao lado da denúncia sobre um fato grave – que, se existiu, deveria ter sido feita; e, feita, deveria ser investigada com seriedade – há também uma tentativa de desqualificar o Partido dos Trabalhadores e seu Presidente de Honra, Sr. Luiz Inácio da Silva. É uma tentativa deliberada, programada e extremamente clara para todas as pessoas que querem e sabem enxergar – e não falo enxergar nas entrelinhas, pois a tentativa de desqualificação, a massa de notícias é evidente demais para que passe despercebida. Solidarizo-me com a sua postura ética. A investigação tem que ser feita, mas acredito que temos que deixar clara a denúncia de que se trata de uma operação dirigida que serve como uma cortina de

fumaça em relação à CPI da compra de votos na Câmara Federal, às CPIs que o Congresso está devendo ao País, como a das Empreiteiras, a CPI do Mercado Financeiro. Que vá ao fundo o Partido dos Trabalhadores. O PT não é convento. Acredito que a maioria dos seus quadros são da melhor qualidade, mas não é impossível que uma ou duas pessoas tenham perdido o caminho da seriedade. Isso não compromete a qualidade do Partido, não compromete a sua essência, mas que fique claro que é evidente que se trata de uma campanha para estender uma nuvem de fumaça sobre as mazelas do Governo Federal.

A SRA. MARINA SILVA – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte e pela forma respeitosa e corajosa com que trata o Partido dos Trabalhadores.

Concordo inteiramente: há uma orquestração no sentido de deslocar a atenção da sociedade brasileira do eixo da CPI da compra de votos para a denúncia de envolvimento do Partido dos Trabalhadores com essa empresa que assumiu contratos com algumas prefeituras petistas.

Li nos jornais que essa mesma empresa assinou contratos com prefeituras do PMDB, com prefeituras do PSDB, com prefeituras que, neste momento, não estão sendo questionadas. Se há complacência com esses Partidos, com essas Lideranças, da minha parte e da parte do Partido dos Trabalhadores não queremos complacência, não queremos conivência. Queremos, isso sim, que as investigações sejam feitas.

Como bem disse o Lula, essa denúncia é requeitada. À época, em 1993, quando foi feita a denúncia, o Partido dos Trabalhadores cometeu um erro, que foi exatamente o de não investigar, com a Comissão de Sindicância, às últimas conseqüências. Estamos pagando o preço de não termos feito a investigação em 1993. E, segundo informações das pessoas que tinham essa incumbência, por que não foi levada a cabo a sindicância? Primeiro, porque o denunciante não apresentou provas cabais; segundo, porque na reunião destinada a se fazer um levantamento das opiniões do denunciante e dos denunciados, no caso a Prefeita, o denunciante não compareceu à reunião, alegando problemas pessoais, problemas de saúde na família.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero dizer aqui que o Partido dos Trabalhadores é alvo de críticas, de direcionamentos, até porque tem sido bastante tenaz nas denúncias contra corrupção.

O nobre Senador, ainda há pouco, dizia que todos precisam de financiamento para as suas campanhas. Por meios lícitos e por meios legais, não há pro-

blema. O problema é quando o dinheiro público é drenado, como sabemos, para determinadas campanhas. Lamentavelmente essa é uma prática que ocorre a todo momento nos mais diferentes lugares deste País, mas não pode acontecer no Partido dos Trabalhadores. Não pode e não deve acontecer. Na **Folha de S. Paulo**, há matéria de um dos articulistas do jornal, Sr. Rui Nogueira, intitulado "O nhenhê do PT". O jornalista faz uma avaliação com a qual eu concordo, porque, muitas vezes, quando se está na berlinda, pede-se complacência por duas razões: ou porque se é inocente, ou porque, não sendo inocente, se quer algum tipo de alento, algum tipo de socorro. No caso do Partido dos Trabalhadores, não devemos querer nenhum tipo de complacência, mas também não queremos que ser tratados de forma diferenciada, de forma a caracterizar um perverso processo de discriminação, como sempre acontece.

O fato de carregar-se nas tintas com relação ao Partido dos Trabalhadores tem um direcionamento, como bem disse o Senador Requião, com quem concordo. No entanto, não podemos utilizar esse enfoque para minimizar as denúncias que se nos apresentam. Nesse caso, está procedendo corretamente o Presidente José Dirceu, quando quer que o caso seja investigado; estão procedendo corretamente as lideranças do Partido dos Trabalhadores, quando pretendem levar a investigação a cabo, para que a sociedade brasileira seja devidamente esclarecida sobre esse episódio lamentável, que é a denúncia de envolvimento do PT e de uma de suas maiores lideranças.

Preocupa-me, em relação a esse processo, como ficarão as pessoas que agora estão a atirar pedras no companheiro Lula, quando sua inocência for comprovada. Sempre tenho em mente aquela velha frase: quanto mais amigo do rei, mais a força deve ser alta.

Se a Senadora Marina Silva cometer um erro, a sociedade brasileira, a sociedade acreana será implacável; se a Benedita da Silva cometer um erro, a sociedade brasileira será implacável; se Lula cometer um erro, a sociedade brasileira será duplamente implacável. Para as pessoas que têm a nossa origem só há uma – pelo menos, em paz com a nossa consciência – maneira de escapar desse tipo de processo: é não cometermos, do ponto de vista ético no relacionamento com o interesse público, nenhum tipo de erro. Se porventura eu for acusada e estiver inocente, sofrerei, mas não me importarei; se, ao contrário, tiver culpa no cartório, como dizem, a minha punição será terrível, porque a pessoas com a nossa origem, com a nossa história, repito, não são permitidos erros dessa natureza.

Sei que o Lula tem consciência disso; sei quanto alguns segmentos gostariam de vê-lo na lona, completamente destruído, assim como sei que existem aqueles que se incomodam com as Marinas, com as Beneditas, com os Vicentinhos, com os Lulas. Na realidade, não faz parte da História política deste País o fato de que pessoas com a nossa trajetória de vida possam assumir postos dessa natureza. Por isso é que o cuidado e a vigilância devem ser absolutamente maior. Muitas vezes parecemos até antiquados.

Outro dia, houve um pedido para a reforma do meu banheiro, no meu apartamento, que está causando um problema de infiltração. Foi feita uma avaliação técnica, que, aliás, nem tomei conhecimento. Fiquei sabendo que o orçamento para aquela obra era de quase o valor da minha casa no Acre. Pedi para que não a fizesse, porque, embora não tenha sido a Senadora Marina Silva quem pediu aquela reforma, por mais que tenha sido um problema técnico, com aquele valor, com certeza, eu pagaria um preço muito alto, do ponto de vista político, por aquela reforma. Por isso preferi não fazê-la. Inclusive já me sugeriram mudar para não causar um prejuízo maior ao prédio por causa dessa infiltração. Vou me mudar. Não quero um banheiro que custe mais do que o valor da minha casa no Acre, porque sei que a sociedade brasileira não vai me perdoar. Até porque não estou acostumada a esse tipo de conforto exagerado.

Por isso defendo que não podemos ter dois pesos e duas medidas. Dói cortar a própria carne? Dói. Mas temos que fazê-lo, porque, do contrário, estaremos cometendo o pior erro que é o da incoerência.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva. (Pausa.)

Esgotada a lista de oradores.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – A Presidência lembra ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima segunda-feira, às 14 horas e 30 minutos, comunicada anteriormente, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 1997

Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1997 (nº

1/95, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao parágrafo 5º do art. 14, ao **caput** do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao **caput** do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal (reeleição) tendo

Parecer sob nº 127, de 1997 da Comissão

– de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável à Proposta, com votos contrários dos Senadores Antônio Carlos Valadares e Josaphat Marinho, e, em separado, do Senador José Eduardo Dutra.

– 2 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 72, DE 1997 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 373, de 1997 – art. 336, b)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 72, de 1997 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 293, de 1997, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, como garantia da União, junto ao The Overseas Economic Cooperation Fund – OECF, no valor equivalente a seis bilhões e vinte milhões de ienes japoneses, destinado ao financiamento parcial do projeto de Energia Eólica do Estado do Ceará.

(Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.)

– 3 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 41, DE 1997 (Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno – Requerimento nº 368, de 1997)

Projeto de Resolução nº 41, de 1997, de autoria do Senador Bernardo Cabral, que acrescenta dispositivo à Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

(Para proferimento de parecer, nos termos do art. 346, III, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10h35min.)
(O.S. 13168)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

**Resenha das matérias apreciadas
de 1º a 31 de maio de 1997**

(Art. 269, II, do Regimento Interno)

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO

De iniciativa do Presidente da República.....2
De iniciativa da Câmara dos Deputados.....3
Total.....5

Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1997 (nº 2.576/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso I do art. 22 da Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria.

Sessão: 8.5.97

Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 1996 (nº 1.240/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Sessão: 13.5.97

Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1996 (nº 925/95, na Casa de origem), que altera o art. 82 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.

Sessão: 14.5.97

Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1995 (nº 2.560/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a apresentação de receiptuário agrônomo para obtenção de financiamento agrícola e dá outras providências.

Sessão: 15.5.97

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1997 (nº 2.352/96, na Casa de origem), que dispõe sobre a eleição para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores dos municípios novos criados até 31 de dezembro de 1996.

Sessão: 21.5.97

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa da Câmara dos Deputados.....7
De iniciativa do Senado Federal.....16
Total.....23

Projeto de Resolução nº 51, de 1997, que autoriza o Estado de Minas Gerais a celebrar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, com a garantia da União, no valor de trezentos e quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e seis mil reais, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, cujos recursos serão destinados à capitalização do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A - CREDIREAL.

Sessão: 6.5.97

Projeto de Resolução nº 56, de 1997, que autoriza a Prefeitura Municipal de Uberlândia (MG) a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de sete milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, novecentos e trinta e seis reais e noventa e seis centavos, destinada à execução de obras de drenagem urbana e extensão de redes de águas pluviais.

Sessão: 6.5.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1997 (nº 369/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, relativo a um empréstimo japonês concedido aos Estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará para Projetos Ambientais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, em Brasília, em 26 de agosto de 1996.

Sessão: 7.5.97

Projeto de Resolução nº 50, de 1997, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de sete bilhões e oitocentos e noventa e cinco milhões de reais, entre o Estado da Bahia e o Overseas Economic Cooperation Fund - OECF, destinada ao financiamento, parcial, do Programa de Saneamento Ambiental de Salvador e Cidades do Entorno da Bahia de Todos os Santos.

Sessão: 7.5.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 1996 (nº 268/96, na Câmara dos Deputados), que aprova as modificações introduzidas no Convênio Constitutivo e outros regulamentos básicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Sessão: 7.5.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1997 (nº 317/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Consular entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, para Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países, celebrado em Lisboa, em 20 de julho de 1995.

Sessão: 7.5.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1997 (nº 316/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, para cooperação na Área de Transportes, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Cuba, em Havana, em 30 de janeiro de 1996.

Sessão: 7.5.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1997 (nº 335/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Quarentena Vegetal, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, em Beijing, em 13 de dezembro de 1995.

Sessão: 7.5.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 1997 (nº 312/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, que regulamenta a cessão de uma Companhia de Infantaria do Exército à Operação de Paz na ONU em Moçambique (ONUMOZ), celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas.

Sessão: 7.5.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1997 (nº 329/96, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo ao Emprego Assalariado dos Familiares dos Agentes das Missões Oficiais de cada Estado no outro, celebrado em Paris, em 28 de maio de 1996.

Sessão: 7.5.97

Projeto de Resolução nº 47, de 1997, que autoriza o Estado de Alagoas a contratar operação de crédito sob a forma de Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado em 10 de dezembro de 1996, junto à Caixa Econômica Federal.

Sessão: 7.5.97

Projeto de Resolução nº 57, de 1997, que autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor equivalente a até quarenta e dois milhões de dólares norte-americanos, destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes no Estado do Ceará - PROARES e a conceder contragarantia ao mesmo financiamento.

Sessão: 8.5.97

Projeto de Resolução nº 59, de 1997, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (L.F.TRS), destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 1º semestre de 1997.

Sessão: 14.5.97

Projeto de Resolução nº 52, de 1997, que autoriza o Governo do Estado do Piauí a contratar operação de crédito externo, com aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de trinta milhões de dólares norte-americanos, cujos recursos serão destinados à execução do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Piauí e eleva, para esse fim, temporariamente os limites de endividamento do Estado.

Sessão: 14.5.97

Projeto de Resolução nº 53, de 1997, que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a contratar e conceder contragarantia a operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor equivalente a vinte e quatro milhões de dólares norte-americanos, cujos recursos serão destinados à implementação do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 14.5.97

Projeto de Resolução nº 60, de 1997, que autoriza o Estado do Piauí a contratar operação de crédito sob a forma de Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado em 5 de dezembro de 1996, junto à Caixa Econômica Federal.

Sessão: 15.5.97

Projeto de Resolução nº 61, de 1997, que autoriza o Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de sessenta e quatro milhões e seiscentos mil reais, destinados à cobertura dos créditos trabalhistas provenientes da execução do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário no Serviço Público - PDV.

Sessão: 15.5.97

Projeto de Resolução nº 66, de 1997, que autoriza o Município de São Paulo a emitir, mediante oferta pública, Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo - LFTMSP, destinadas ao giro da Dívida Mobiliária, vencível em 1º.6.97.

Sessão: 21.5.97

Projeto de Resolução nº 62, de 1997, que suspende, em parte, a execução do art. 3º da Lei Complementar nº 234, de 28 de março de 1980, do Estado de São Paulo, no que concerne à expressão "sexta-parte" constante do referido dispositivo.

(Decisão terminativa)

Sessão: 23.5.97

Projeto de Resolução nº 63, de 1997, que suspende a execução do art. 8º, II e do art. 23 e seus parágrafos, da Lei nº 8.112, de 11.12.90.

(Decisão terminativa)

Sessão: 23.5.97

Projeto de Resolução nº 64, de 1997, que suspende a execução dos arts. 1º, 2º, 5º, 91, 95, 110 e 111, bem como os arts. 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 86, 87, 88, 89, 90 e 97, todos da Lei nº 1.071, de 11.7.90, do Estado do Mato Grosso do Sul.

(Decisão terminativa)

Sessão: 23.5.97

Projeto de Resolução nº 67, de 1997, que autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor total de cento e vinte e cinco milhões de dólares americanos, entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada a financiar a execução do Programa de Reforma do Estado.

Sessão: 27.5.97

Projeto de Resolução nº 68, de 1997, que autoriza o Estado de Goiás a contratar operação de crédito sob a forma de Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado em 21 de janeiro de 1997, junto à Caixa Econômica Federal.

Sessão: 27.5.97

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa da Câmara dos Deputados	2
De iniciativa do Senado Federal	29
Total	31

Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 1997, que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 1996, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e as justificativas pertinentes.

Sessão: 6.5.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 1997, que aprova a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 1996, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e justificativas pertinentes.

Sessão: 6.5.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 1997, que aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 1996.

Sessão: 6.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 322, de 1995, de autoria da Senadora Júnia Marise, que acrescenta parágrafo ao art. 92 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.

(Decisão terminativa)

Sessão: 8.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1996, de autoria do Senador Odacir Soares, que restringe o uso de capuz em operações policiais.

(Decisão terminativa)

Sessão: 8.5.97

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1995 (nº 3.051/89, na Casa de origem), que dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal.

Sessão: 13.5.97

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1995, de autoria do Senador Esperidião Amin e outros senhores Senadores, que dá nova redação ao art. 62 da Constituição Federal (adoção de medidas provisórias).

Sessão: 14.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 307, de 1995, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que altera a redação do art. 4º do Decreto-lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, e dá outras providências.

(Decisão terminativa)

Sessão: 15.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 309, de 1995, de autoria do Senador Ramez Tebet, que altera o inciso II do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a fim de permitir ao empregado a movimentação de sua conta vinculada no FGTS, quando da declaração judicial da falência da empresa.

(Decisão terminativa)

Sessão: 15.5.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1997, que aprova a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 1997.

Sessão: 15.5.97

Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 1997, que aprova a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 1997.

Sessão: 15.5.97

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1994 (nº 3.434/92, na Casa de origem), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o *jus postulandi*, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista.

Sessão: 15.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 102, de 1995, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera dispositivo da Lei de Execução Penal, sobre permissão de saída de presos em estabelecimento pena.

(Decisão terminativa)

Sessão: 21.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 100, de 1996, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que estabelece o direito de usufruto de planos de saúde pelo período correspondente ao período de carência efetivamente pago.

(Decisão terminativa)

Sessão: 21.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 167, de 1996, de autoria da Senadora Emilia Fernandes, que dispõe sobre garantias de dívidas trabalhistas.

(Decisão terminativa)

Sessão: 21.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1996, de autoria da Senadora Marina Silva, que dispõe sobre o registro geral de recém-nascidos e dá outras providências.

(Decisão terminativa)

Sessão: 21.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 208, de 1996, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera dispositivo do Código Penal referente ao crime de roubo.

(Decisão terminativa)

Sessão: 21.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 221, de 1996, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que determina o tombamento dos bens culturais das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização.

(Decisão terminativa)

Sessão: 21.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.

(Decisão terminativa)

Sessão: 22.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 279, de 1995, de autoria do Senador João França, que dispõe sobre o emprego do Documento Único de Transferência - DUT, o uso de instrumento de procuração e o prazo para transferência de veículos rodoviários automotores.

(Decisão terminativa)
Sessão: 22.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1996, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que atribui valor jurídico à digitalização de documentos e dá outras providências.

(Decisão terminativa)
Sessão: 22.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 144, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais e dá outras providências.

(Decisão terminativa)
Sessão: 22.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1996, de autoria do Senador Freitas Neto e outros senhores Senadores, que altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 e dá outras providências.

(Decisão terminativa)
Sessão: 27.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 219, de 1996, de autoria do Senador Lúdio Coelho, que dispõe sobre o seguro contra acidentes pessoais, a cargo dos promotores e organizadores de rodeios, em benefício dos participantes desses eventos, amadores ou profissionais, e dos seus dependentes, e dá outras providências.

(Decisão terminativa)
Sessão: 27.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 24, de 1997, de autoria do Senador Roberto Freire, que proíbe a nomeação de parentes para cargos em comissão e dá outras providências.

(Decisão terminativa)

Sessão: 28.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1995, de autoria do Senador Odacir Soares, que define como crime contra o livre exercício do Poder Legislativo Federal ofensa à integridade corporal ou à saúde de membros desse Poder, e dá outras providências.

(Decisão terminativa)
Sessão: 30.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 156, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que define o crime de expor a vida, a integridade corporal, ou a saúde de alguém, por meio do fornecimento de gás liquefeito em recipiente não adequado ao uso.

(Decisão terminativa)
Sessão: 30.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 260, de 1995, de autoria do Senador Romeu Tuma, que dispõe sobre o crime de dano, alterando os arts. 163, 165 e 167 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

(Decisão terminativa)
Sessão: 30.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 113, de 1996, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, determinando a busca imediata de criança ou adolescente reclamados como desaparecidos.

(Decisão terminativa)
Sessão: 30.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1996, de autoria da Senadora Benedita da Silva, que altera a redação do art. 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

(Decisão terminativa)
Sessão: 30.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 206, de 1996, de autoria do Senador Sérgio Machado, que acrescenta parágrafo único ao art. 37 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

(Decisão terminativa)
Sessão: 30.5.97

MENSAGENS RELATIVAS A ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÕES DIPLOMÁTICAS

De iniciativa do Presidente da República6
Total.....6

Mensagem nº 54, de 1997 (nº 94/97, na origem), de 16 de janeiro do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor **Afonso Celso de Ouro-Preto**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República Eslovaca.

Sessão: 7.5.97

Mensagem nº 57, de 1997 (nº 148/97, na origem), de 30 de janeiro do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor **Oto Agripino Maia**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República de Maurício.

Sessão: 7.5.97

Mensagem nº 91 de 1997 (nº 428/97, na origem), de 14 de abril do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor **Luiz Felipe de Seixas Corrêa**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.

Sessão: 7.5.97

Mensagem nº 65, de 1997 (nº 226/97, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome da Senhora **Thereza Maria Machado Quintella**, Ministra de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixadora do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer a de Embaixadora do Brasil junto à República da Geórgia.

Sessão: 14.5.97

Mensagem nº 90, de 1997 (nº 427/97, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor **Oto Agripino Maia**, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana.

Sessão: 14.5.97

Mensagem nº 92, de 1997 (nº 429/97, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor **Carlos Moreira Garcia**, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha.

Sessão: 14.5.97

MATÉRIAS REJEITADAS E ENCAMINHADAS AO ARQUIVO

De iniciativa do Senado Federal	15
Total.....	15

Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1995, de autoria do Senador Carlos Patrocínio e outros senhores Senadores, que dispõe sobre a duração dos mandatos dos Prefeitos e Vereadores a serem eleitos nas eleições de 1996.

(Art. 254 do Regimento Interno)
Sessão: 2.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 7, de 1996, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que dispõe sobre o Sistema de Proteção aos Credores e Devedores e dá outras providências.

(Decisão terminativa)
Sessão: 21.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 98, de 1996, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que dispõe sobre antecipação de comemoração de feriados e dá outras providências.

(Decisão terminativa)
Sessão: 21.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1996, de autoria do Senador Ney Suassuna, que torna indisponíveis os bens dos devedores e de seus representantes legais, das instituições financeiras sob o regime de intervenção, liquidação extrajudicial ou administração especial temporária, ou envolvidas em processo de fusão ou incorporação motivada por insolvência, e dá outras providências.

(Art. 101, § 1º, do Regimento Interno)
Sessão: 22.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que suprime o inciso VI do § 2º do art. 171 do Código Penal, que define como crime de estelionato a emissão de cheques sem fundo.

(Decisão terminativa)
Sessão: 22.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 231, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que dispõe sobre a criação da Câmara Setorial de Turismo.
(Decisão terminativa)
Sessão: 22.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 81, de 1996-Complementar, de autoria do Senador Roberto Requião, que extingue a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
(Art. 254 do Regimento Interno)
Sessão: 23.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1996, de autoria do Senador Sérgio Machado, que dispõe sobre o pagamento, por meio de cheque, na rede bancária, de fichas de compensação, de tributos e de tarifas de serviços públicos.
(Decisão terminativa)
Sessão: 27.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 237, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que acresce inciso ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.
(Decisão terminativa)
Sessão: 27.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 275, de 1995, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que escalona o prazo para o pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal e dá outras providências.
(Decisão terminativa)
Sessão: 28.5.97

Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Ademir Andrade, que suprime a alínea "b" do inciso II do § 3º do art. 166 da Constituição Federal.
(Art. 254 do Regimento Interno)
Sessão: 28.5.97

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que dá nova redação aos Incisos III e IV do art. 37 da Constituição Federal.
(Art. 254 do Regimento Interno)
Sessão: 28.5.97

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1996, tendo como primeiro signatário o Senador Totó Cavalcante, que altera a nomenclatura de Vereador para Deputado Municipal, constante nos arts. 14 e 29 da Constituição Federal e arts. 4º, 5º e 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
(Art. 254 do Regimento Interno)
Sessão: 28.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 268, de 1995, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que dispõe sobre a revisão e a nulidade de processo de crime de responsabilidade, nos casos que menciona e dá outras providências.
(Decisão terminativa)
Sessão: 30.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1996, de autoria do Senador Gilberto Miranda, que altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, determinando a aprovação prévia dos editais de licitação pelos Tribunais de Contas.
(Decisão terminativa)
Sessão: 30.5.97

MATÉRIA RETIRADA PELO AUTOR

De iniciativa do Senado Federal	1
Total.....	1

Projeto de Lei do Senado nº 60, de 1997, de autoria do Senador Iris Rezende, que torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos.
(Retirado nos termos do Requerimento nº 292, de 1997)
Sessão: 13.5.97

MATÉRIAS DECLARADAS PREJUDICADAS E ENCAMINHADAS AO ARQUIVO

De iniciativa do Senado Federal	16
Total.....	16

Requerimento nº 594, de 1993, de autoria do Senador José Paulo Bisol, que

solicita, ao Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, informações atinentes ao valor dos saldos devedores de cada Unidade da Federação junto à Previdência Social.
Sessão: 6.5.97

Requerimento nº 624, de 1993, de autoria do Senador Gilberto Miranda, que solicita, ao Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, informações atinentes à auxílio-alimentação, oferecido aos servidores vinculados àquele Ministério.
Sessão: 6.5.97

Requerimento nº 627, de 1993, de autoria do Senador Gilberto Miranda, que solicita, ao Senhor Ministro de Estado da Integração Regional, informações atinentes à auxílio-alimentação oferecido aos servidores vinculados àquele Ministério.
Sessão: 6.5.97

Requerimento nº 691, de 1993, de autoria do Senador Gilberto Miranda, que solicita, ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, informações sobre contratos celebrados pela Empresa Brasileira de Correio e Telégrafos.
Sessão: 6.5.97

Requerimento nº 1.134, de 1993, de autoria do Senador Gilberto Miranda, que solicita, ao Senhor Ministro de Estado da Integração Regional, o encaminhamento de dados (valores), relativos às transferências, mês a mês, promovidas por entidades da administração indireta (empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações) vinculadas àquele Ministério, destinadas a Entidades Fechadas de Previdência Privada, administradoras de Fundos de Pensões, durante os últimos 5 anos.
Sessão: 6.5.97

Requerimento nº 1.409, de 1993, de autoria do Senador João Rocha, que solicita, ao Senhor Ministro das Comunicações, informações atinentes aos repasses de recursos para o Governo do Estado do Tocantins, e Municípios de Araguaína, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional, ano a ano, a partir de 1990 até novembro 93.
Sessão: 6.5.97

Requerimento nº 1.413, de 1993, de autoria do Senador João Rocha, que solicita, ao Senhor Ministro da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação - SEPLAN, informações atinentes aos repasses de recursos para o Governo do Estado do Tocantins e Municípios de Araguaína, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional, ano a ano, a partir de 1990 até novembro 93.
Sessão: 6.5.97

Requerimento nº 605, de 1994, de autoria do Senador Júlio Campos, que solicita, ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, informações atinentes à EMBRATEL.
Sessão: 6.5.97

Requerimento nº 847, de 1994, de autoria do Senador Júlio Campos, que solicita, ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, informações baseadas no Aviso nº 712/GM, de 04.11.94 daquele Ministério, sobre a aquisição pela EMBRATEL de um novo satélite com a banda KU, bem como se haverá ou não licitação para compra do 3º satélite da Segunda Geração.
Sessão: 6.5.97

Requerimento nº 965, de 1994, de autoria do Senador Gilberto Miranda, que solicita, ao Senhor Ministro de Estado da Aeronáutica, informações necessárias à instrução das Mensagens nºs 353 a 357/94, que tem por objeto pedido de autorização para operações de crédito, destinadas à implantação do Projeto SIVAM.
Sessão: 6.5.97

Requerimento nº 1.063, de 1994, de autoria do Senador Gilberto Miranda, que solicita, ao Senhor Ministro de Estado da Aeronáutica, informações relativas ao projeto SIVAM.
Sessão: 6.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1995, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera dispositivo da Lei de Execução Penal sobre permissão de saída de presos em estabelecimento penal para assistência médica.
(Decisão terminativa)
Sessão: 21.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 233, de 1995, de autoria da Senadora Benedita da Silva, que altera o art. 14 da Lei de Execução Penal, sobre a assistência à saúde do preso e do internado.
(Decisão terminativa)
Sessão: 21.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1995, de autoria do Senador Odacir Soares, que define os casos de identificação criminal previstos no art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.
(Decisão terminativa)
Sessão: 22.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 126, de 1996, de autoria do Senador Bernardo Cabral, que dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 13 da Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995, que estabelece normas para as eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências.

(Decisão terminativa)

Sessão: 22.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 150, de 1996, de autoria do Senador Esperidião Amin, que acrescenta parágrafo único ao art. 25 da Lei nº 8.864, de 28 de março de 1994, que estabelece normas para as microempresas - ME, e empresas de pequeno porte - EPP, relativas ao tratamento diferenciado e simplificado, nos campos administrativo, fiscal, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial (art. 179 da Constituição Federal) e dá outras providências.

(Decisão terminativa)

Sessão: 27.5.97

Projeto de Lei do Senado nº 315, de 1995, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que obriga o ressarcimento do Sistema Único de Saúde pelo atendimento prestado a associados, beneficiários e segurados de empresas gerenciadoras, intermediadoras ou operadoras de planos de saúde e seguro saúde.

(Decisão terminativa)

Sessão: 28.5.97

OUTRAS DELIBERAÇÕES

Requerimento nº 301, de 1997, do Senador José Eduardo Dutra e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, sejam prestadas homenagens pelo falecimento do educador Paulo Freire:

Sessão: 2.5.97

Requerimento nº 302, de 1997, dos Senadores Humberto Lucena e Josaphat Marinho, solicitando, nos termos regimentais, sejam prestadas homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Benjamim Farah.

Sessão: 5.5.97

Requerimento nº 305, de 1997, da Senadora Marina Silva e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, que a Hora do Expediente da sessão terminativa ordinária do dia 7 de maio seja destinado a homenagear a memória do educador Paulo Freire.

Sessão: 6.5.97

Parecer nº 165, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1995, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição Federal, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo, concluindo pela apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1997, que dispõe sobre a ação de impugnação de mandato eletivo a que se refere o art. 14, §§ 10 e 11, da Constituição Federal e dá outras providências.

Sessão: 13.5.97

Requerimento nº 328, de 1997, do Senador Ramez Tebet, solicitando, nos termos regimentais, sejam prestadas homenagens pelo falecimento do Desembargador Milton Malulei.

Sessão: 13.5.97

Requerimento nº 330, de 1997, do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais, seja transmitida à Representação Brasileira junto ao III Encontro das Américas, iniciado hoje em Belo Horizonte, a preocupação do Senado Federal em relação à proposta de imediata constituição da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA, em detrimento da consolidação do MERCOSUL, que deve ser considerada como prioritária, estabelecendo-se o ano de 2005 como marco inicial de consolidação da ALCA.

Sessão: 13.5.97

Requerimento nº 331, de 1997, do Senador Artur da Távola e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 1º de outubro do corrente ano seja destinado à comemoração dos cento e setenta anos do Jornal do Commercio.

Sessão: 13.5.97

Requerimento nº 332, de 1997, do Senador Francelino Pereira e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 11 de dezembro de 1997 seja dedicado a comemorar o centenário da cidade de Belo Horizonte, dia 12/12.

Sessão: 13.5.97

Requerimento nº 370, de 1997, da Senadora Benedita da Silva e outros senhores Senadores, solicitando, nos termos regimentais, que a Hora do Expediente da sessão ordinária do dia 12 de agosto seja destinada a comemorar o "Dia das Artes".

Sessão: 27.5.97

Parecer nº 287, de 1997, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, referente ao Diversos nº 22, de 1997, favorável à participação do Senado Federal na Delegação Brasileira à Octogésima Quinta Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, a realizar-se em Genebra, Suíça, no período de 3 a 19 de junho de 1997.

Sessão: 27.5.97

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 31 de maio de 1997)

Sessões Não Deliberativas..... 10

Sessões Deliberativas Ordinárias 10

Total..... 20

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 31 de maio de 1997)

MATÉRIAS APROVADAS 65

Projetos aprovados e enviados à sanção 5

Projetos aprovados e enviados à promulgação 23

• Operações de crédito 13

• Acordos Internacionais 7

• Suspensão de execução de norma jurídica 3

Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados 31

• Projetos apreciados pelo Plenário 7

• Projetos apreciados nas comissões, em decisão terminativa 23

• Proposta de Emenda à Constituição 1

Mensagens relativas a escolha de Chefes de Missões Diplomáticas 6

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO..... 34

Matérias rejeitadas 17

• Art. 254 7

• Art. 101, § 1º 1

• Decisão terminativa 9

Matéria retirada pelo autor 1

Matérias declaradas prejudicadas 16

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (17 de fevereiro a 31 de maio de 1997)

MATÉRIAS APROVADAS 118

Projetos aprovados e enviados à sanção 10

Projetos aprovados e enviados à promulgação 44

• Operações de crédito 25

• Acordos Internacionais 12

• Concessões de Rádio e TV 4

• Suspensão de execução de norma jurídica 3

Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados 47

• Projetos apreciados pelo Plenário 17

• Projetos apreciados nas comissões, em decisão terminativa 29

• Proposta de Emenda à Constituição 1

Mensagens relativas a escolha de Chefes de Missões Diplomáticas 14

Mensagens relativa a escolha de Autoridade 3

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO..... 50

Matérias retiradas pelo autor 7

Matérias prejudicadas 24

Matérias rejeitadas 19

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nº DO OFÍCIO	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
SF/344/97	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Encaminha a Consulta nº 1, de 1997, sobre questão de ordem do Senador José Eduardo Dutra, contestando decisão da Mesa, que deixou de submeter requerimento de urgência ao Plenário, aplicando, por extensão, o disposto no art. 67 da Constituição.
SF/577/97	Ministro de Estado do Trabalho	Comunica a designação do Senador Valmir Campelo para integrar a Delegação do Brasil na 85ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho.
SGM/171/97	Vereador Adriano Digo - Câmara Municipal de São Paulo	Presta informações solicitadas, acerca de obtenção de empréstimos, rolagem de dívida e emissão de Letras Financeiras do Tesouro Municipal.
SGM/184/97	Delegado de Polícia Federal de Nova Iguaçu - RJ	Encaminha, de ordem, cópia de ata da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Orçamento.
SGM/194/97	Diretor da Subsecretaria de Edições Técnicas	Encaminha exemplares do Relatório da Presidência, a fim de serem enviados as diversas autoridades que menciona.

LISTA nº 03

de 30 de maio de 1997

Correspondências recebidas e respondidas pelo Senhor Presidente do Senado Federal

Diversos:

- da Câmara Municipal de Caruaru - PE, solicitando a regulamentação do inciso 76, art. 5º da Constituição Federal, que diz respeito a gratuidade da certidão de nascimento e óbito, para todas as pessoas reconhecidamente pobres;
- da Câmara Municipal de Nova Granada - SP, favorável ao PL nº 2.226/96, de autoria do Deputado Aloysio Nunes Ferreira, que se refere ao esquema fraudulento de cooperativas fantasmas, que sonégam impostos e encargos trabalhistas;
- da Câmara Municipal de Campinas - SP, solicitando a revogação da Lei nº 5.250/67 (Lei de Imprensa);
- do Instituto de Previdência do Servidor Municipal de Diadema - SP, favorável ao PLC nº 16/96, que versa sobre a compensação financeira entre os órgãos de Previdência Social;
- da Câmara Municipal de Botucatu - SP, informando que se encontra conectada na Internet, com objetivo de proporcionar maior integração entre a população e os trabalhos realizados naquela Casa;
- do Sindicato Rural de Bom Despacho - MG, favorável a permanência dos Juizes Classistas da Justiça do Trabalho.

Manifestações favoráveis à Reforma Administrativa:

- do Senhor Renato Hiraishi - Ribeirão Preto - SP;
- do Senhor Marco Aurélio Buofi - Ribeirão Preto - SP;
- da Confederação Nacional dos Servidores Públicos - Curitiba - PR;
- da Câmara dos Vereadores de Quaraí - RS;
- da Câmara Municipal de São Luiz - MA;
- da Câmara Municipal de Cachoeira do Sul - RS;
- do Senhor Márcio de Paula Júnior - Ribeirão Preto - SP;
- do Senhor Cleiton Biliato - Ribeirão Preto - SP;
- da Câmara Municipal de Santo André - SP;
- da Câmara Municipal de Ibiaporã - PR;
- da Câmara Municipal de Goiana - PE;
- da Câmara Municipal de Iguatu - CE;
- do Senhor Antônio Corrêa da Silva - Porto Alegre - RS;
- do Senhor Anderson Ribeiro - Ribeirão Preto - SP;

Manifestações contrárias à Reforma Previdenciária:

- da Câmara Municipal de Promissão - SP;
- do Senhor Pedro Dias - Poá - RS;
- do Senhor Nuno Alvares P. de Almeida - Porto Alegre - RS;
- do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis - SP;
- da Associação de Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo - Marília - SP;

- da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes - SP;
- do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal - Vitória - ES;
- da Câmara Municipal de Artur Nogueira - SP;
- do Senhor Fernando Basto - Petrópolis - RJ;
- da Associação de Aposentados e Pensionistas de Tupã - SP;
- da Câmara Municipal de Assis - SP;
- da Câmara Municipal de Santa Ernestina - SP;
- da Câmara Municipal de Porto Ferreira - SP;
- da Câmara Municipal de Araras - SP;
- da Câmara Municipal de Votorantim - SP;
- do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas - SP;
- da Câmara Municipal de Tupaciguara - MG;
- da Câmara Municipal de Jóiá - RS;
- da Câmara Municipal de Santo Ângelo - RS;
- da Câmara Municipal de Pedro Toledo - SP;
- da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Rio de Janeiro - RJ;
- do Sindicato dos Bancários de Taubaté e Região - Taubaté - SP;
- do Senhor Sandro Eduardo Palma - Jaboticabal - SP;
- do Senhor José Márcio Pereira - Ribeirão Preto - SP;
- da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - RJ;

Manifestações favoráveis à CPI dos Títulos Públicos:

- da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - Florianópolis - SC;
- da Câmara Municipal de Pinheiral - RJ;
- da Senhora Alessandra Solange da Cunha - Ribeirão Preto - SP;
- do Doutor Manoel Tocantins Lobato - Belém - PA;
- da Câmara Municipal de Conceição - PB;
- da Câmara Municipal de Santos;
- da Câmara Municipal de Muriaé - MG;
- da Câmara Municipal de Dourados - MS;
- do Senhor Fernando Henrique França - Ribeirão Preto - SP.

Manifestações favoráveis à Reforma Agrária:

- dos Profissionais da Educação de Barra do Garça - MT;
- do Centro Acadêmico Armando de Salles Oliveira - São Carlos - SP;
- da Câmara Municipal de Xanxerê - SC;
- do Senhor Luiz Pereira dos Santos - São Paulo - SP;
- da Câmara Municipal de Juiz de Fora - MG;
- da Câmara Municipal de Diadema - SP;
- da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - Manaus - AM;
- da Câmara Municipal de Juiz de Fora - MG;
- da Câmara Municipal de Diadema - SP;
- da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - AM.

Manifestações contrárias ao aumento do teto salarial dos Parlamentares:

- da Associação da Dona de Casa - Madalena - Recife - PE;
- da Câmara Municipal de Jacarezinho - PR;
- da Câmara Municipal de Valinhos - SP;
- da Câmara Municipal de Campina Verde - MG.

Manifestações favoráveis ao PLC nº 542/95 - (que dispõe sobre a aquisição, por trabalhadores, de ações das empresas a serem desestatizadas com recursos do FGTS):

- da Câmara Municipal de São José dos Campos - SP;
- da Câmara Municipal de Monte Alto - SP;
- da Câmara Municipal de Embu-Guaçu - SP;
- da Câmara Municipal da Estância Turística de Igarapé do Tietê - SP;
- do Senhor Sidney Santos - Rio de Janeiro - RJ;
- da Câmara Municipal de Poá - SP.

Manifestações contrárias ao Fundo de Estabilização Fiscal:

- do Senhor Álvaro Guerra Filho - Vitória - ES;
- da Câmara Municipal de Não-Me-Toque - RS;
- da Câmara Municipal de Matão Leitão - RS.

Manifestações contrárias à Privatização da Companhia Vale do Rio Doce:

- da Câmara Municipal de Barretos - SP;
- da Câmara Municipal de Fortaleza de Minas - MG;
- da Câmara Municipal de Ituverava - SP;
- da Câmara Municipal de Faria de Lemos - MG;
- do Senhor Armando José de Almeida - Aracaju - SE;
- da Câmara Municipal de Cachoeira de Pajeú - MG;
- da Câmara Municipal de Anchieta - ES;
- da Câmara Municipal de Juiz de Fora - MG;
- da Câmara Municipal de Ressaquinha - MG;
- da Câmara Municipal de Criciúma - SC;
- da Câmara Municipal de Formiga - MG;
- da Câmara Municipal de Monte Alegre de Minas - MG;
- da Câmara Municipal de São Luís - MA;
- da Câmara Municipal de São João da Ponte - MG;
- da Câmara Municipal de São José da Safira - MG;
- da Câmara Municipal de Santa Bárbara - MG;
- da Câmara Municipal de Santa Rosa da Serra - MG;
- da Câmara Municipal de Medeiros - MG;
- do Senhor Antônio Gláucio Thomaz - MG;
- da Câmara Municipal de Espera Feliz - MG;
- da Câmara Municipal de Estância Velha - RS.

ATA DE COMISSÃO**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS****11ª Reunião, realizada em 20 de maio, de 1997.**

Às onze horas e vinte e três minutos do dia vinte de maio de mil novecentos e noventa e sete, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Fernando Bezerra e com a presença dos Senadores Francelino Pereira, Eduardo Suplicy, Freitas Neto, Carlos Bezerra, Ademir Andrade, Esperidião Amin, Epitácio Cafeteira, Waldeck Ornelas, Onofre Quinan, Elcio Alvares, Valmir Campelo, José Roberto Arruda, Pedro Simon, Jonas Pinheiro, Gilberto Miranda, Osmar Dias, Lauro Campos, Bello Parga, Coutinho Jorge, Gilvan Borges, Levy Dias, José Eduardo Dutra, Beni Veras e Lúcio Alcântara. Deixam de comparecer os Senadores Vilson Kleinübing, Odacir Soares, Ney Suassuna, Ramez Tebet, Jefferson Peres, José Serra e José Eduardo Vieira. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida inicia-se a apreciação das seguintes matérias: **Mensagem nº 084, de 1997**, solicitando seja autorizada proposta de prosseguimento do Programa de Emissão e Colocação de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, autorizado pela Resolução nº 87, de 1994, substituída pela Resolução nº 57, de 1995, ambas do Senado Federal. Relator: Senador Jefferson Peres. Parecer: Favorável, nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. **Ofício s/nº 35/97**, que encaminha solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para contratar operação de crédito junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$ 125.000.000,00, a preços de 31.01.97, cujos recursos serão destinados a financiar a execução do Programa de Reforma do Estado. Relator: Senador Pedro Simon. Parecer: Favorável, nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do Relator, com voto vencido do Senador Lauro Campos; **Mensagem nº 094, de 1997**, que propõe ao Senado Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a US\$ 12.670.083,95, entre o Governo da República Federativa do Brasil e um consórcio bancário liderado pelo Banque Paribas, destinado ao Programa de Reaparelhamento da Marinha, para financiamento de 85% do custo de importação de 5 helicópteros, de seus acessórios e peças de reposição, de origem francesa, e 100% do prêmio de seguro da Compagnie Française d'Assurance pour le

Commerce Extérieur-COFACE. Relator: Senador Waldeck Ornelas. Parecer: Favorável, nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer do Relator, com voto vencido do Senador Lauro Campos; **Ofício s/nº 04, de 1997**, (Ofício PRESI nº 88, de 15.01.97, na origem), que encaminha solicitação da Prefeitura do Município de São Paulo (SP) para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo – LFTMSP, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária, vencível no 1º semestre de 1997. Relator: Senador Eduardo Suplicy. Parecer: Favorável, nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer do Relator com modificações propostas nas alíneas d e g do artigo 2º do Projeto de Resolução proposto; **Ofício s/nº 42/97**, que encaminha solicitação do Governo do Estado de Goiás, a respeito do aditamento ao contrato de operação de crédito firmado junto à Caixa Econômica Federal, relativo ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal do Estado, especialmente ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV, com o amparo dos mencionados normativos, alterando o valor de R\$ 57.200.000,00 para R\$ 67.900.000,00. Relator: Senador Onofre Quinan. Parecer: Favorável, nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer do Relator. São aprovados ainda os seguintes Requerimentos: **Requerimento nº 06/97-CAE**, de autoria do Senador Osmar Dias, determinando o sobrestamento da tramitação do OFS nº 63/96, bem como das Mensagens nº 257/96 e 81/97, até que sejam atendidas todas as informações solicitadas ao Governo do Estado do Paraná através do **Requerimento nº 40/96-CAE**; **Requerimento nº 07/97-CAE**, de autoria do Senador Gilberto Miranda, no sentido de que sejam submetidas a uma nova análise do Banco Central do Brasil todos os pedidos de autorização para contratação de operações de crédito do Estado do Paraná, ora em tramitação no Senado Federal. Segue a integra dos acompanhamentos taquigráficos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador Fernando Bezerra, Presidente em exercício

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Solicito a atenção dos senhores para que possamos dar início à nossa reunião.

Há **quorum**. Declaro aberta a reunião.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS – Gostaria de propor a V. Ex^a que a pauta fosse iniciada pelas matérias não terminativas e, dentre essas, as operações de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Peço a atenção dos Srs. Senadores. Há um Senador na tribuna.

O SR. WALDECK ORNELAS – Gostaria de requerer que a Ordem do Dia começasse pelas matérias não-terminativas e, dentre essas, aquelas que dizem respeito a operações de crédito da pauta extra e da pauta ordinária.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, pediria a inversão da pauta: do Item nº 2 da pauta extra para o Item nº 1 da pauta normal, tendo em vista que a matéria é polêmica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – São quatro as operações...

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, dando sequência ao que foi dito, apenas faria um apelo para que o Item nº 1 do Rio Grande do Sul, que não envolve qualquer polêmica, fosse apreciado em primeiro lugar e que o reivindicado pelo Senador ficasse em segundo lugar. Dessa maneira, acho que os trabalhos correriam mais tranquilamente.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Presidente, são quatro os itens que dizem respeito a operações de crédito: dois da pauta extra e os Itens nºs 10 e 11 da pauta ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Proponho que comecemos pela pauta ordinária, pelo Item nº 10. Em seguida, apreciaremos o Item nº 11, atendendo ao Senador Pedro Simon. Após apreciado o Item nº 11, os Itens nºs 1 e 2 da pauta extra.

O SR. WALDECK ORNELAS – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres. (Pausa.)

Em face da ausência do Senador Jefferson Péres, solicito ao Senador Valmir Campelo que proceda à leitura do relatório do Item nº 10 da pauta.

O SR. VALMIR CAMPELO – Sr. Presidente, o relatório já foi lido na semana passada. Foi concedido vista também e o processo foi devolvido sem voto.

De forma que pediria a V. Ex^a que colocasse em votação o parecer do Senador Jefferson Péres, que conclui favoravelmente em relação à matéria.

Acompanho o parecer do Senador Jefferson Péres e concluo favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Em face da ausência do Senador Lauro Campos e tendo sido a matéria discutida em sessão anterior, submeto à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Jefferson Péres queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos ao Item nº 11 da pauta.

Com a palavra o Sr. Relator Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, vem à apreciação da Comissão solicitação do Governo do Rio Grande do Sul, pedindo autorização para contratar operação de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$125 milhões.

Os recursos provenientes da operação destinar-se-ão ao financiamento e execução do programa da reforma do Estado.

A operação sob exame obedece as seguintes características: valor pretendido US\$125 milhões; o empréstimo será garantido pela República Federal; destinação: financiar a execução do programa de reforma do Estado do Rio Grande do Sul.

Acho, Sr. Presidente, que as condições são normais, apesar da pendência levantada na vez anterior. O Governo do Sr. Antônio Britto vem se mostrando eficaz na coordenação da dívida do Rio Grande do Sul – foi o primeiro Estado que se entendeu com o Governo Federal; há apenas uma que está vencendo, mas já há diálogos para o seu restabelecimento.

O Governo vem enfrentando dificuldades relativas à diminuição de funcionários, a planos para que se diminua o número de funcionários e também seus vencimentos. O objetivo da Lei Camata é o mesmo do Governo do Rio Grande do Sul, mesmo com as dificuldades e desafios que está enfrentado.

Creio, com toda a sinceridade, que esse programa visa a racionalidade da máquina, no sentido de que o Governo do Estado possa vencer os seus obstáculos.

Sou totalmente favorável ao projeto e coloque-me à disposição dos Srs. Senadores para prestar os esclarecimentos que forem necessários, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero trazer aqui mais uma vez a minha manifestação favorável a esta linha de atuação.

Sou rigorosamente favorável e sempre favorável a empréstimos tomados junto ao Banco Mundial – que é o caso –, como também aqueles junto a KFW, a fundos japoneses – seja Nakasone ou qualquer outro. O que quero dizer é que as agências de desenvolvimento são pedagógicas: para que o Estado possa receber US\$125 milhões, ele tem que ter poupança, capacidade de pagamento, de endividamento; ele tem que apresentar uma fatura paga, porque o que faz o Banco Mundial é ressarcir seja 50, seja 60, seja 40% de um valor pago. Então, a unidade da Federação que chega a pagar para depois receber o que pagou é porque já entrou num esquadro de prática administrativa que o habilita ao empréstimo. Estados habilitados por essas agências de desenvolvimento estão longe da situação de insolvência com a qual muitas vezes deparamo-nos aqui, quando Estados não têm condições de pagar. Muitas vezes, movidos pelo sentimento federativo, aprovamos empréstimos para um Estado que sabemos não ter condições de honrar seus compromissos.

Em princípio, sou favorável a este empréstimo, mas quero fazer uma observação para o meu querido amigo Senador Pedro Simon: quanto a este aqui, sou favorável, mas não posso omitir neste momento o conhecimento que tenho de uma outra operação feita pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que tem como destinação também o programa de reforma do Estado. Refiro-me à emissão de debêntures pela CADIP – Caixa de Administração da Dívida Pública, – nem sabia que existia isso – para o programa de demissão de servidores de estatais e que não passou nem pelo Senado nem pelo Banco Central. Em 1995, apenas a CVM – Comissão de Valores Mobiliários autorizou a emissão de 75 milhões sob a forma de debêntures. Quer dizer, é evidente que demissão de pessoal jamais vai dar lucro para que sejam pagas as debêntures.

Faço numa homenagem a um outro gaúcho ilustre, o Barão de Mauá, que foi pioneiro na emissão de debêntures – e fazia a emissão de debêntures associada a um projeto produtivo, seja uma estrada de ferro ou qualquer outro empreendimento. As debêntures emitidas eram compradas por pessoas que se tornavam sócias do empreendimento ou poderiam auferir juros durante o período de maturação do projeto.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não, na ocasião não havia a Lei das Sociedades Anônimas, mas hoje as debêntures poderiam ser convertidas em ações.

Da mesma forma como aplaudo esta iniciativa, questiono o caminho diverso que não apenas o Estado do Rio Grande do Sul, mas outros Estados adotaram, emitindo debêntures para empreendimentos evidentemente não produtivos.

Repito: meu voto é a favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador Gilberto Miranda, que havia pedido a palavra anteriormente.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Continua aberta a discussão.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. WALDECK ORNELAS – Não tenho nada a opor ao fato de o Estado gastar mais com pessoal do que o limite estabelecido pela Lei Camata. Esses empréstimos, aliás, têm por objetivo possibilitar que os Estados-membros da União possam se ajustar, inclusive a esse tipo de gasto.

Chamaria a atenção, contudo, para o fato de que o ofício do Banco Central fala numa inadimplência perante o CADIP e não especifica qual é.

Assim, eu sugeriria que aprovássemos a proposta de resolução, tal como tem ocorrido em outros casos, estabelecendo que a apreciação no plenário seja precedida de comunicação do Banco Central revelando a adimplência ou justificando a inadimplência, porque podem ser dívidas que estão dentro do próprio processo de negociação. A meu ver, o Banco Central deveria ser explícito na consideração desses itens, para evitar que o Senado decida no escuro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Acho que é procedente a colocação.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, V. Ex^a...

O SR. WALDECK ORNELAS – Mas o meu voto é a favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Compreendi dessa forma.

O SR. PEDRO SIMON – Tenho a explicação e poderia dá-la agora, mas prefiro fazer isso no plenário. É uma dívida, é apenas uma, fiz questão de dizer, que está em negociação, que está em plena negociação. Só que ela ainda não foi concluída em vir-

tude daquele debate em torno de pagar mais, de pagar menos. Mas ela está em plena discussão. É uma só, com um banco particular.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – E, obviamente, a operação só se fará se estiver concluída a negociação.

Com a palavra o Senador Coutinho Jorge.

O SR. COUTINHO JORGE – Sr. Presidente, Srs. Senadores, concordo com as colocações do Senador Esperidião Amin em relação ao empréstimo do BIRD. Como disse muito bem S. Ex^a, empréstimos do Banco Mundial, do BID, do KFW são empréstimos para os quais esses bancos exigem, realmente, projetos coerentes, capacidade de pagamento, e quem já trabalhou com esses órgãos sabe da sua exigência rigorosa para a liberação de recursos. Não só a aprovação do projeto, mas a contrapartida e sobretudo a execução do projeto são acompanhadas rigorosamente. Quando há qualquer problema na própria contrapartida do Estado ou do agente tomador, o BIRD, o BID ou o KFW suspendem o projeto. Portanto, é uma garantia a participação do BIRD nesse projeto.

Tenho absoluta convicção de que as exigências foram cumpridas. Sem isso, jamais o BIRD faria um financiamento em favor do Rio Grande do Sul, que visa exatamente a financiar um programa de reforma do Estado.

Por esses aspectos, com a ressalva apresentada pelo Senador Waldeck Ornelas, sou inteiramente a favor desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Submeto a matéria à votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada, com o voto contrário do Senador Lauro Campos.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, eu pediria a atenção do Senador Roberto Requião e de todos os Srs. Senadores, porque tenho um assunto urgente sobre o qual é preciso que esta Comissão delibere.

Sou o Relator de três pedidos de empréstimo do Paraná. Um deles é um projeto chamado Paraná Doze Meses, que está sobrestado devido a um requerimento, apresentado pelo Senador Roberto Requião e aprovado por esta Comissão, no ano passa-

do, de solicitação de informações ao Governo do Paraná e não respondido sobre protocolo assinado com as empresas Renault e Chrysler, contratos efetuados pelo Governo do Paraná, de obras já em execução. Há dúvidas a respeito do comprometimento das receitas futuras do Estado do Paraná, portanto algo que poderia levá-lo à incapacidade de pagamento.

Havendo esse requerimento não respondido pelo Governo do Paraná, que alega sigilo bancário para não respondê-lo, estou apresentando a esta Comissão um requerimento pedindo-lhe que decida se, estando um pedido de empréstimo sobrestado em função da pendência de informações pelo Estado do Paraná, não estaria também prejudicada a tramitação dos outros dois projetos. Um deles é hoje, inclusive, assunto divulgado pela imprensa. Segundo a **Gazeta Mercantil** e outros jornais, depois de uma conversa que tive, ontem, com o Senador Roberto Requião, o Ministro Kandir me telefonou e a sua assessoria tem me ligado diariamente, pedindo-me que relate, com urgência, esse projeto, já que está marcado para o dia 29 as assinaturas de contratos com o governo japonês de empréstimo para o Paraná, Bahia, Ceará, Santa Catarina, que, segundo o Ministro Kandir, já estão consignados em orçamento e que a não-aprovação desse projeto, para o Paraná, poderia prejudicar os outros Estados ou o Brasil.

Tenho minhas dúvidas, Sr. Presidente, porque estamos tratando de uma Unidade da Federação, que é o Paraná, que deve apresentar todas as informações relativas a sua situação financeira. Só para ilustrar a esta Comissão, calculei qual é o comprometimento das receitas líquidas com a folha de pessoal já no ano de 1997: janeiro – 87,5; fevereiro – 87,94; março – 95,5 e abril – 92,33% de comprometimento das receitas com o pessoal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – E o comprometimento do ICMS?

O SR. OSMAR DIAS – Já passa de 100%, Senador. No caso, eu teria que calcular, posso fazer esse cálculo durante esta reunião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O ICMS não paga a folha?

O SR. OSMAR DIAS – Só para exemplificar, no mês de janeiro, o ICMS foi 199 e a folha 247 – isso foi no mês de abril; no mês de março, 166 ICMS contra 231 da folha. Portanto, está muito longe de pagar.

O que ocorre, Sr. Presidente, é que de 1995 para 1996 houve um aumento deste índice de comprometimento das receitas líquidas com a folha de

pessoal; e de 1996 para 1997, um aumento substancial.

Eu, que sou o Relator de três projetos que no seu total chega a US\$555 milhões, encontro-me numa situação delicada que requer uma decisão desta Comissão. Se há – repito – um requerimento sobrestando a tramitação da matéria por levantar dúvidas sobre a capacidade de endividamento do Estado, e se há uma decisão da Comissão de que não pode aprovar aquele empréstimo em função desta dúvida enquanto o Governo do Estado do Paraná não responder esse requerimento, em resumo, pergunto se não estarão os outros projetos na mesma situação, já que a finalidade é a mesma.

Um outro ponto que gostaria de levantar, Sr. Presidente, é que, lamentavelmente, o Banco Central continua o mesmo. O Banco Central não aprofunda a análise sobre a situação financeira dos Estados. É por isso que esta Comissão tem aprovado empréstimos sem conhecer a real situação dos Estados. Mais tarde não quero me sentar no "banco dos réus" de uma CPI, Sr. Presidente, para responder o motivo de haver dado um parecer favorável sendo que havia indícios de incapacidade financeira do Estado.

Quero que esta Comissão assuma a sua responsabilidade juntamente comigo, e me responda se eu posso atender o pedido do Ministro Kandir de relatar, rapidamente, sem uma análise mais profunda, porque já marcaram a data de assinatura do contrato, ou se eu devo aguardar as informações do Governo do Paraná, que são substanciais, para que esta Comissão analise se há procedência ou não do pedido de empréstimo.

O SR. PEDRO SIMON – Permita-me V. Ex^a um aparte. O Ministro Kandir pediu por escrito a V. Ex^a?

O SR. OSMAR DIAS – Não. O Ministro Kandir – fui claro – telefonou para o meu gabinete; falei com S. Ex^a...

O SR. PEDRO SIMON – Atualmente o telefone está meio desmoralizado – grava, não grava. S. Ex^a que faça um ofício nesse sentido.

O SR. OSMAR DIAS – Não, Senador; S. Ex^a não telefonou. Os assessores do Ministro é que têm ligado diariamente para o meu gabinete. Como o Governador do Paraná não tem falado comigo depois de sua frustrada tentativa de ingresso no PSDB, então, o Ministro Kandir tem falado comigo por intermédio de seus assessores.

O SR. PEDRO SIMON – Perdoe-me, mas insisto que o Ministro Kandir peça por escrito, que en-

vie um ofício a V. Ex^a que é o Relator, solicitando urgência.

O SR. OSMAR DIAS – Senador Pedro Simon, penso que não devemos analisar o pedido do Ministro do Ministro Kandir, mas a situação financeira do Estado do Paraná e a pendência que tem o Governo do Paraná para com esta Comissão, que não encaminhou, até agora, o protocolo que assinou com a Renault; o balanço da Renault de 1996, tenho-o em mãos, diz, auditado pela Ernest (?) que o Governo do Paraná emprestou, valendo-se do seu Fundo de Desenvolvimento Econômico, recursos para a Renault, repito, sem juros e correção monetária, para começarem a ser pagos no mês de junho de 2006.

Tenho, Senador Pedro Simon, uma resposta do Governo do Paraná, que diz que o compromisso que o Governo do Paraná assumiu com a Renault é de, no mínimo, US\$51 milhões e de, no máximo, US\$300 milhões. Não saberia responder – este é o questionamento que esta Comissão faz – qual é o volume de recursos comprometidos com a Renault. O que sei, repito, é que há uma resposta, neste processo do Governador do Paraná, que diz que o compromisso do Governo do Paraná com a Renault é de, no mínimo, US\$51 milhões e de, no máximo, US\$300 milhões. No balanço da Renault, em uma nota demonstrativa, está claramente especificado que o Governo do Paraná fez um empréstimo, por intermédio do Fundo de Desenvolvimento Econômico, repassado via Banestado, de recursos que começarão a ser pagos em junho do ano 2006, sem juros e sem correção monetária, o que significa praticamente um presente para a Renault.

Nós, do Paraná, queremos saber qual o nível de comprometimento do Tesouro do Estado com as fábricas que lá estão se instalando.

Segundo, conhecendo esse nível de comprometimento é que nós poderemos saber se o Estado poderá honrar, como sempre honrou até agora, historicamente, todos os seus compromissos com agentes financeiros internacionais. Eu sou Senador pelo Paraná e mais do que ninguém quero que os agricultores do Paraná recebam esse dinheiro; que o saneamento do Paraná seja feito com esses recursos que estão sendo solicitados ao Japão e que o Paraná receba o empréstimo solicitado ao BID para o ensino médio. Mas tenho ojeriza à CPI, não participo de nenhuma forma de CPI e não quero, portanto, ser convidado pela CPI para depor a respeito de um parecer que eu tenha dado para beneficiar meu Estado, sem me aprofundar nas análises sobre a capacidade de pagamento do mesmo.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Senador Osmar Dias, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS – Pois não, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Senador Osmar Dias, Sr. Presidente da Comissão, Senador Fernando Bezerra, o Paraná é um Estado organizado; o Paraná não é um município dos cafundós do Brasil. O Paraná edita balancetes mês a mês. O Senador Osmar Dias acaba de demonstrar o peso da folha de pagamento em 1997, analisando o balancete de janeiro, fevereiro, março e abril de 1997. Nesses processos, o parecer do Banco Central fraudava a realidade e constitui-se novamente em um parecer de absoluta irresponsabilidade, porque, ao propor a aprovação dos empréstimos, se refere ao balanço de 1995, enquanto nós temos balancetes dos meses de 1997 na mão, deixando de lado o exame do balancete de 1996. O que nós queremos é a prestação de contas do Estado, a atualização das informações da capacidade de endividamento do Estado, do peso da sua folha de pagamento de 1996, que serão acrescentados aos balancetes de janeiro, fevereiro, março e abril e que o Senador Osmar Dias já conseguiu no Estado, na Assembléia Legislativa ou no Tribunal de Contas, para que possamos ter uma idéia de qual é o comprometimento da receita do Estado do Paraná e não apenas o comprometimento da fábrica da Renault, que deveria ser um critério definitivo para esta Comissão. Nós acabamos examinando indevidamente os de Estados e não tomamos conhecimento de comprometimento de receitas tributárias feitas contratualmente, que inviabilizam, na maior parte das vezes, a possibilidade futura de pagamento dos endividamentos feitos por meio de empréstimos.

Senador Osmar Dias, se V. Ex^a concordar, a minha sugestão seria a de nós pedirmos uma auditoria do Tribunal de Contas do União sobre a capacidade de endividamento do Estado do Paraná, sobre o peso da sua folha de pagamento atualizado para este mês em que estamos, sobre o peso da sua folha de pagamento do ano de 1996 e, definitivamente, as informações e a análise da legalidade a respeito dos contratos feitos com a Renault, com a Chrysler e a Audi, sem o que qualquer aprovação aqui seria, como disse V. Ex^a, Senador Osmar Dias, irresponsável e poderia levar a uma CPI futuramente.

O SR. OSMAR DIAS – É só para dizer ao Senador Requião que eu, preocupado também com a análise feita pelo Banco Central sobre as contas de 1995 e não de 1996 – peço a V. Ex^a atenção, Senador Requião -, encaminhei ofício ao Banco Central

solicitando que me encaminhasse o parecer com base nas contas de 1996, para que eu pudesse relatar os três projetos que tenho em mãos.

O Banco Central deu-me a seguinte resposta:

"A propósito, informo que o Parecer de DEDIP/DIARE 970302, de 14/04/97, encaminhado a este Senado Federal, por intermédio do Ofício PRESI 97/0969, apresenta em seu § 2º a análise dos limites da situação financeira atual do Estado do Paraná, a preço de 31/12/96."

Gostaria de ler o § 2º, que faz a referência, para mostrar que há um equívoco de parte do Banco Central.

§ 2º: Cabe ressaltar que relativamente ao disposto do então vigente art. 38 do ADCT, na Lei Complementar nº 82/95, o Tribunal de Contas informou que as despesas do Estado com pessoal, referentes ao exercício de 1995, totalizaram 72.97% das receitas correntes líquidas...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Logo, é uma fraude esse parecer.

O SR. OSMAR DIAS – ... descumprindo o disposto no art. 13, inciso VII da Resolução nº 69/95.

Assim, Senador Requião, Srs. Senadores, Sr. Presidente, o ofício que encaminhei, solicitando a análise das contas de 1996, foi respondido no sentido de que a análise foi feita sobre as contas de 1996 e citando o parágrafo em que estava a análise. No parágrafo está bem claro, "contas de 1995, aprovadas em 1996. Portanto, não foi respondida a minha solicitação sobre a análise das contas de 1996.

O SR. CARLOS BEZERRA – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS – Pois não, Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Esta noite, casualmente, sintonizando um canal de televisão do Paraná, vi uma propaganda do PT, denunciando todas as irregularidades praticadas pelo Governo do Estado do Paraná. Fiquei até em dúvida se isso estava realmente ocorrendo no Paraná, porque esse Estado sempre foi um modelo, um paradigma para o Brasil, um Estado organizado e que sempre conduziu bem a sua política pública. O Paraná sempre foi motivo de admiração de minha parte. Aquela propaganda do PT deixou-me aterrorizado e agora o Senador vem me dizer que o Governo do Estado, que está pedindo empréstimo, autorização para pedir

emprestado, empresta a uma multinacional milhões e milhões de dólares sem juros, com 10 anos de prazo! Quero dizer que não tenho condições de votar a favor de qualquer autorização para empréstimo ao Governo do Paraná. Pelo que vi ontem na televisão e pelo que V. Ex^a está informando, não há condições, não tenho condição de votar favoravelmente a essa autorização.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, tenho acompanhado esta questão com grande preocupação. Nós já vimos outros casos de municípios e de Estados em que as informações desatualizadas tendem a nos induzir a um erro de avaliação. Por exemplo, aparece aqui uma informação sobre a situação contábil e financeira de 1995, para que se tome uma decisão em 1997. Com relação a isso, tenho uma sugestão à Comissão e que já tinha sido aprovada na legislatura anterior; ou seja, que a Comissão de Assuntos Econômicos continue distribuindo e faça a compilação da situação financeira dos Estados, porque o Banco Central recebe essas informações com, no máximo, dois ou três meses de defasagem; quer dizer, independentemente de ser o Estado do Paraná que emite os seus balancetes, com relação a qualquer unidade da Federação temos condições de colher dados bem mais recentes. Eu não diria de abril de 1997, mas pelo menos do começo de 1997.

Quanto a essa questão de se dizer que, por força do caráter federativo, o Senado é a Casa dos Estados e que isso pode estar "constrangendo" o Senador Osmar Dias, acredito que nós temos que tomar uma posição como instituição. O Senador Roberto Requião apresentou um requerimento que é terminativo a respeito do assunto e que foi aprovado no dia 3 de dezembro de 1996, por coincidência, dia da instalação da CPI dos Precatórios. Neste requerimento aprovado, que é uma diligência, o Senador Roberto Requião tomou o cuidado de amparar-se no inciso 13 do art. 90 do Regimento do Senado.

O Senado aprovou uma diligência, o que significa responder a cinco itens. O item nº 1 refere-se ao "inteiro teor dos contratos firmados com a Renault e a Chrysler, para instalação de suas montadoras no Estado do Paraná". Se o Estado não responde isso, quem está inadimplente é o Estado, não é o Senador Osmar Dias, não é o Senado. Isso foi aprovado em dezembro de 1993. Se não querem responder, e alguém acha que vai "levando na barriga" para con-

seguir uma aprovação mediante um drible, a Casa, o Senado, tem que fazer-se respeitar e respeitar. Se houve essa decisão em dezembro, e não há nenhum motivo para revogá-la, pelo contrário, há motivos hoje para até transformar essa diligência, se o Ministério está pedindo pressa, tem-se que convocar uma autoridade. Se não é possível convocar uma autoridade estadual, que se convoque uma autoridade do Ministério do Planejamento para explicar por que está com pressa se o Estado não respondeu, não cumpriu uma diligência do Senado.

O SR. OSMAR DIAS – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Pois não.

O SR. OSMAR DIAS – Agradeço a solidariedade do Senador Esperidião Amin, porque esta decisão deve ser tomada pela Comissão. Estou submetendo à Comissão o requerimento que deve ser votado com a seguinte pergunta: estando um processo sobrestado em função da não-prestação de informações, sendo a mesma finalidade, ou seja, contratação de empréstimo, pode a Comissão julgar outros processos? Essa é a pergunta que faço como relator.

A imprensa tem divulgado que eu, como relator, tenho segurado os projetos, o que não é verdade, porque relatei todos em regime de urgência neste Senado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Senador Osmar Dias, quem está segurando o processo é o Estado do Paraná que não cumpriu uma diligência.

O SR. OSMAR DIAS – Quero pedir ao Estado do Paraná que responda ao pedido de informações. Podem falar o que quiserem na imprensa, não vou responder porque não tenho acesso à imprensa. Está sendo impedido justamente pelo Governo do Paraná...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Peço a palavra para um esclarecimento, Senador Osmar Dias. O Paraná gastou, em 1996, ao mesmo tempo em que pede empréstimos para a agricultura, R\$137,5 milhões em publicidade, o que totaliza mais do que a soma do gasto de todos os outros Estados brasileiros. Só para comparação, São Paulo, que é o maior Estado da Federação, no Governo de Mário Covas, em 1996, gastou R\$11 milhões em publicidade contra R\$137,5 milhões do Paraná.

O SR. OSMAR DIAS – Não me curvo diante de ameaças, de notas insinuativas da imprensa. Trabalho com seriedade, não devo nada para ninguém, por isso quero relatar esse projeto com absoluta tranquilidade, com a consciência tranqüila. O Paraná

merece o dinheiro emprestado? Merece. Ele tem condições de pagar depois? É isso que a Comissão tem que analisar.

Peço que a Comissão vote o meu requerimento. Se a Comissão achar que devo relatar, eu relato, senão, vamos continuar aguardando esse segredo que o Paraná tem com a Renault e com a Chrysler.

Para não ser parcial, vou apresentar um requerimento, não sei se à Comissão ou ao Senado Federal, no sentido de que todos os Estados mandem para cá os seus protocolos de intenções ou os acordos assinados com as montadoras. Vamos acabar com esse segredo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – O requerimento de V. Ex^a será votado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, essa é uma matéria polêmica na Comissão. Quando presidente da Comissão, nos dois anos que passaram, ela foi analisada em 1996, entrei em contato com o Governador Jaime Lerner várias vezes pedindo as informações referentes a esse assunto, e S. Ex^a disse que não mandaria. Cheguei a marcar uma reunião de comum acordo com o Governador aqui na Comissão para que ele viesse explicar especificamente sobre o assunto, na parte da tarde. O Governador disse que tinha um encontro, em São Paulo, e não veio; disse que só mostraria as folhas do contrato para o Senador dar uma olhada, mas não as mostraria para a Comissão e não as tornaria públicas.

Na Presidência desta Comissão, no ano que passou, cansei de fazer reuniões privadas para o Governo do Paraná se explicar, mas ele não se explicou e disse que não tornaria público o contrato. Creio que esta Comissão é maior do que o mandato provisório de quatro anos de um governador.

Por isso, tendo em vista as denúncias e pelo fato de as análises estarem defasadas, peço a V. Ex^a que os processos voltem ao Banco Central para que sejam reanalisados e atualizados.

Peço também que não votemos. Os Senadores Osmar Dias e Roberto Requião estão cobertos de razão: o Governo se nega a ser transparente com relação aos contratos da Renault. Não devemos votar nenhum empréstimo, tendo em vista os dados apresentados com relação ao endividamento e a esse empréstimo de dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Sobre a mesa, requerimento do Senador Osmar Dias que passo a ler.

As razões do requerimento foram expostas; no final, diz:

Requeiro pronunciamento da Comissão de Assuntos Econômicos para a seguinte questão: o exame das Mensagens nºs 81 e 257, ambas de 1997, estaria ou não prejudicado, em função do não-atendimento, pelo Governador do Estado do Paraná, ao Requerimento nº 40/96, relativo à matéria em tudo correlata das mensagens acima requeridas"?

Essa é a pergunta e o requerimento do Senador Osmar Dias.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não cabe à Comissão responder a uma indagação. Sugiro ao Senador Osmar Dias – se quiser, ajudarei a redigir – que seja feito um requerimento sem a pergunta e sim afirmando: os processos de empréstimo de interesse do Estado do Paraná ficam sobrestados na sua tramitação até o cumprimento de uma diligência. Ou seja, a diligência susta a tramitação de todos os demais processos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Permita-me. O que o nobre Senador coloca – S. Ex^a poderá explicar pessoalmente – é que a apreciação das Mensagens nºs 81 e 257 só poderão ser apreciadas quando respondido o Requerimento nº 40/96.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O que estou dizendo é isso, mas não sob a forma de pergunta, e sim sob a forma de afirmação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Ele pergunta se estamos de acordo com a sua proposição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Regimentalmente, ele teria que propor, em função do não-cumprimento de uma diligência pedida na forma do art. 90, inciso XIII, que ficasse sobrestada a tramitação deste e de quaisquer outros processos de empréstimo do Estado do Paraná. Voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Consulto o Senador Osmar Dias se está de acordo.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, ontem, eu estava ouvindo um pronunciamento do Senador José Fogaça e quero usar aquela tese para defender a minha posição.

O Senador José Fogaça disse que temos que tomar uma decisão não sobre o episódio, mas a res-

peito do permanente. E esta Comissão é permanente; portanto, se ela quebrar um precedente só pela pressa de assinar um contrato no Japão, no dia 29, não teremos mais como segurar nenhum outro precedente.

Trata-se, portanto, de preservar a Comissão. E como é ela quem deve decidir se deve ser preservada ou não, e não um Senador da Comissão, que, no caso, seria eu, estou colocando na forma de requerimento. Eu poderia perfeitamente apresentar um requerimento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – já há inclusive uma deliberação similar a essa. Eu poderia, com isso, retardar muito a tramitação dos processos, mas, como quero agilizá-lo, estou solicitando a decisão desta Comissão.

Se não cabe o ponto de interrogação no final, que seja colocado em forma de proposta.

A proposta que faço, portanto, é que a Comissão delibere sobre o precedente que já existe de um requerimento aprovado por ela. Se ela autorizar outros empréstimos, desconsiderando esse requerimento, estará se contradizendo em relação a uma decisão tomada anteriormente. A proposta que faço é que a Comissão delibere sobre o assunto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Subscrevo o requerimento do Senador Osmar Dias na forma que acaba de expor à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Como a matéria já está bastante debatida, vamos passar à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento do Senador Osmar Dias queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, peço que coloque em votação o requerimento que sugeri, de que fossem enviados de novo os três processos ao Banco Central para reanálise, tendo em vista que o Diretor Paolo Zaghen, quando aqui esteve, disse que implementaria um novo sistema de análise nos processos. Que seja atualizado até o final do trimestre de março de 1997.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, ainda pela ordem, desejo complementar a proposta do Senador Gilberto Miranda: que a análise seja feita sobre o balanço atualizado do Estado do Paraná

e, mais do que isso, que o Banco Central leve em consideração o endividamento do Estado através do contrato com as montadoras multinacionais.

Como dizia há pouco o Senador Esperidião Amin, faço isso até em homenagem à indústria brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Em votação o requerimento do Senador Gilberto Miranda.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Mensagem nº 94, de 1997, cujo relator é o Senador Waldeck Ornelas.

Peço ao Senador Valmir Campelo que proceda à leitura do relatório.

O SR. VALMIR CAMPELO - A operação é de U\$12.670.083,95. O relatório do Senador Waldeck Ornelas manifesta-se pela aprovação desse empréstimo, que é uma operação de empréstimo pretendido que deverá implicar um custo efetivo equivalente a 6,84% ao ano, valor este bastante favorável quando comparado ao custo médio efetivo de 9,12%.

As aeronaves ficarão lotadas no 5º Destacamento Aéreo e serão utilizadas no comando do 5º Distrito Naval e visa fazer a patrulha costeira, dar o apoio à atividades de socorro e salvamento executados pela Marinha.

A opção por este fornecedor deveu-se a atender o princípio da padronização e também existe assistência técnica e garantia no nosso País. No Brasil não há disponibilidade na indústria nacional dos helicópteros que estão sendo adquiridos.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o parecer do nobre Senador Waldeck Ornelas é pela autorização pleiteada na Mensagem nº 94, de 1997.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos à análise do Ofício nº 4, de 1997, (nº 88, de 15 de janeiro de 1999, na origem), cujo relator é o Senador Eduardo Suplicy, a quem concedo a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY – (Leitura do parecer.)

PARECER N° , DE 1997

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Ofício "S" n° 004/97 que "encaminha solicitação da Prefeitura do Município de São Paulo (SP) para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo - LFTMSP, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária, vencível no 1° semestre de 1997".

RELATOR: Senador EDUARDO SUPLICY

I. RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos o Ofício "S" n° 004/97 (Ofício PRESI n° 88, de 15.01.97, na origem) do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação da Prefeitura do Município de São Paulo (SP) no sentido de que seja autorizada a emitir Letras Financeiras do Município de São Paulo - LFTMSP, cujos recursos serão destinados à rolagem da dívida mobiliária vencível no 1° semestre de 1997.

O pleito em questão foi objeto de parecer favorável apresentado a esta comissão em janeiro p.p., pelo nobre Senador Esperidião Amin que, posteriormente, acolhendo os termos do Voto em Separado de nossa autoria, apresentou parecer limitando a rolagem dos títulos apenas à primeira parcela, vencível em 01.03.1997.

Trata-se, agora, de examinar a solicitação da Prefeitura Municipal de São Paulo (SP), no que tange aos títulos com vencimento para 01.06.97, correspondentes a precatórios emitidos ao amparo da Resolução n° 13/93, destinados ao pagamento de precatórios judiciais.

Segundo o Parecer do Banco Central (Parecer DEDIP/DIARE-97/0008, de 08.01.97) a emissão dos títulos para rolagem da dívida vencível em 01.06.97, teria as seguintes características:

a) quantidade: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional n° 03, deduzida a parcela a ser definida pelo Senado Federal;

b) modalidade: nominativa - transferível;

c) rendimento: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro - LFT, criadas pelo Decreto-Lei n° 2.376, de 25.11.87;

d) prazo: até 5 (cinco) anos;

e) valor nominal: R\$ 1.000,00 (CETIP)

f) características dos títulos a serem substituídos:

CETIP

TÍTULO	VENCIMENTO	QUANTIDADE
P	01.06.1997	99.000.000
P	01.06.1997	99.000.000
P	01.06.1997	69.786.314

g) previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:

CETIP

COLOCAÇÃO	VENCIMENTO	TÍTULO	DATA-BASE
02.06.1997	01.06.2002	P	02.06.1997

h) forma de colocação: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução n° 565, de 20.09.79, do Banco Central;

i) autorização legislativa: Lei n° 7.945, de 29.10.73 e Decreto n° 27.630, de 26.01.89.

Ainda de acordo com o parecer do Banco Central, foram atendidas as exigências constantes da Resolução n° 69/95, do Senado Federal, conforme se detalha abaixo:

1. a operação se enquadra nos limites da resolução acima referida;

2. o Município de São Paulo encontra-se adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional;

3. o Tribunal de Contas do Município de São Paulo comprovou o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, bem como o pleno exercício da competência tributária, relativamente ao exercício de 1994;

4. permanece pendente de decisão judicial a questão da remuneração dos vereadores. Assim, o Chefe do Poder Executivo atestou o cumprimento do disposto no art. 29, incisos VI e VII, da Constituição Federal, conforme faculta a Resolução n° 19/96, do Senado Federal;

5. aplicando-se os dispositivos da Emenda Constitucional n° 03, e os parâmetros da Resolução n° 69/95 do Senado Federal, resta que o Município de São Paulo possui margem de resgate de 8,40%, correspondendo, portanto a uma rolagem de 91,60% dos títulos;

6. foram anexadas ao processo as Certidões Negativas de Débito junto ao INSS, ao FGTS e ao PIS/PASEP/FINSOCIAL, declaração da inexistência de débitos vencidos e não pagos, Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Plano Plurianual de Investimentos e do Orçamento para 1997.

É o relatório.

II. VOTO

Por ocasião da apreciação do pleito da Prefeitura do Município de São Paulo em janeiro, apresentamos Voto em Separado, acolhido pelo relator, recomendando o exame posterior da rolagem dos títulos emitidos para pagamento dos precatórios judiciais, ao amparo da Resolução n° 13/93.

A análise que se faz, hoje, do assunto demonstra que permanecem válidas as razões que justificaram a recomendação de cautela, quanto à autorização de rolagem dos títulos da Prefeitura do Município de São Paulo. Senão, vejamos:

1. os títulos emitidos para pagamento dos precatórios estão referidos ao art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que determina a obrigatoriedade de sua emissão no exato volume e apenas para pagamento de precatórios pendentes na data da promulgação da Constituição. No caso em tela, os títulos, segundo a resolução autorizativa do Senado, seriam destinados ao pagamento da 4ª parcela e complementos;

2. À época do primeiro exame do pleito por esta Comissão de Assuntos Econômicos solicitamos ao Banco Central responder a algumas perguntas sobre a procedências dos títulos a serem rolados e sua real utilização no pagamento dos precatórios. Em resposta ao pedido, o Banco Central confirmou a destinação dos recursos resultantes da emissão para pagamento dos precatórios, ressaltando que "o Parecer DEDIP/CODEM-RJ-92/179 de 24.09.92, que tratava da referida emissão, ... , informou que 'seria tecnicamente recomendável que a emissão em questão não fosse realizada'". Transcreveu, também, parte da Ata da 1.543ª Sessão do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, acerca de denúncia apresentada na Câmara Municipal, em razão de projeto de lei da Prefeitura de São Paulo respaldar suplementação orçamentária para várias obras com recursos da resolução do Senado Federal, a qual deveria destinar-se apenas ao pagamento dos precatórios.

"(...) Nada havia, na aludida lei, como se pode facilmente inferir, que permitisse deduzir que os recursos provenientes da colocação de títulos municipais, autorizada pela Resolução n°13 do Senado Federal, para pagamento de precatórios judiciais, teriam sido desviados para custear as obras elencadas pelo Ilustre Vereador. Ademais, exames rotineiros efetuados por este Tribunal tem revelado, conforme assinalado a fls. 13 pela Coordenadoria das Auditorias, regularidade no pagamento dos precatórios judiciais, o que afasta definitivamente, a idéia de prática de qualquer ilegalidade nos procedimentos do Executivo, relativamente à aplicação dos recursos captados na forma autorizada pela mencionada Resolução do Senado Federal."

3. O Tribunal de Contas parece referir-se tão-somente à lei que autorizou a suplementação de recursos, sem pronunciar-se, efetivamente, quanto à destinação de **todos** os recursos advindos da emissão de títulos autorizada, *vis-à-vis* o que determina a Constituição. Encontrou embasamento, no fato de haver regularidade no pagamento de precatórios, para descartar a possibilidade de ilegalidade na aplicação dos recursos captados através da emissão de títulos, mas esta posição encontra-se, hoje, superada por decisões posteriores do próprio Tribunal, como veremos a seguir.

4. O Senado Federal vem conduzindo com dedicação e seriedade uma investigação sobre vários aspectos relativos à utilização de

recursos provenientes da emissão de títulos para pagamento de precatórios, em estados e municípios. Ainda que não tenha concluído os seus trabalhos, a CPI já adiantou que existem fortes indícios de irregularidades, envolvendo não apenas a utilização dos recursos mas, também, a relação entre volume arrecadado com a venda de títulos e o pagamento de precatórios. Dentre os títulos sob investigação encontram-se os que são objeto da rolagem ora sob exame.

5. A pedido da CPI, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo procedeu a uma Auditoria Especial que teve por objetivo o levantamento de todos os pagamentos de precatórios judiciais autorizados pela Secretaria dos Negócios Jurídicos de acordo com o art. 33 do ADCT, a partir de jul/89, inclusive os relativos a Ofícios Complementares emitidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Utilizando-se a UFIR para atualizar os valores descritos pelo TCM, de acordo com a metodologia utilizada pelos técnicos da CPI, a Prefeitura do Município de São Paulo destinou R\$ 30.654.274,88 para o pagamento da 4ª parcela dos precatórios judiciais, mais R\$ 27.412.983,23 para o pagamento de Ofícios Complementares no ano de 1993, totalizando R\$ 58.067.258,11.

6. Utilizando-se o mesmo índice de atualização, a UFIR, a Prefeitura do Município de São Paulo arrecadou, em valores presentes, R\$ 251.672.368,65 com a colocação de 287.692.851.896 LFTM-SP, decorrente da Resolução nº 13, de 17/02/93. Consta-se, portanto, que a Prefeitura do Município destinou apenas 23,07% do valor arrecadado ao efetivo pagamento de precatórios judiciais e respectivos complementos.

É certo que houve pagamento de Ofícios Complementares nos anos posteriores ao desta emissão, mas as emissões de títulos decorrentes das Resoluções nº 27, de 17/03/94, e nº 85, de 16/12/94, foram mais que suficientes para cobrir os gastos decorrentes das decisões judiciais ocorridas em 1994, 1995 e 1996. No ano de 1994, a Prefeitura arrecadou R\$ 146.565.985,12, destinando apenas R\$ 105.756.227,08 para o pagamento de precatórios judiciais (5ª parcela e complementos).

Quanto ao biênio 95/96, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo realizou a Auditoria Especial TC.No.72.000.097/97*20 que concluiu:

"Em 31.12.96 os recursos disponíveis (reservas) no patrimônio da P.M.S.P. eram de apenas R\$ 73.412.056,96, que comparados com o que restou das receitas oriundas da colocação dos títulos dos precatórios (R\$ 680.488.465,78), após o pagamento de precatórios em 1996, mostra que R\$ 607.076.408,82 foram utilizados, no exercício de 1996, para pagamento de despesas de outra natureza."

Para que não restem dúvidas, fizemos anexar ao processado o Ofício nº 015/97 - Pref.G., da Prefeitura de São Paulo, encaminhado à CPI do Senado Federal, contendo explicações sobre a utilização dos recursos nos anos de 1995 e 1996. Apesar de não se referir à matéria ora em tramitação, devemos traçar alguns comentários sobre seu conteúdo: ao descrever os compromissos de pagamentos de precatórios a partir de 1995 (totalizando R\$ 1.147.883.044,87 até o final de 1997), utiliza-se dos valores relativos à **totalidade** dos precatórios pagos (ou a pagar) em cada período, a despeito do fato que a autorização do Senado Federal destina-se ao pagamento dos precatórios **pendentes de pagamento** em 05/10/88, de acordo com o art. 33 do ADCT; além desse total, alega a existência de R\$ 263.173.622,90 a pagar, referentes a precatórios "emitidos em 1989 e 1990" e "no período de 1990 a 1993" que, como descrito pela própria Prefeitura, não enquadram-se no disposto no art. 33 do ADCT.

O exercício da prerrogativa constitucional conferida a esta Casa, implica a responsabilidade de garantir que as autorizações concedidas se façam dentro da legalidade, preservando as normas legais. Assim, para o Senado Federal, ignorar os resultados obtidos pela CPI sobre a destinação dos recursos autorizados, exclusivamente, para pagamento dos precatórios, corresponde negar a funções que lhe foram delegadas pela Lei Maior.

A ausência, na Resolução nº 36/92, que disciplinava o assunto à época, do dispositivo que proíbe o refinanciamento de títulos emitidos para pagamento de precatórios, e estabelece seu imediato resgate caso se demonstre sua utilização para outras finalidades, não pode constituir-se em impeditivo para a livre decisão desta Casa quanto a pertinência desta nova solicitação da Prefeitura do Município de São Paulo. A **possibilidade** de rolagem de títulos não pode significar sua **obrigatoriedade**.

Diante do exposto, considerando acordo estabelecido entre este relator e os membros dessa comissão no sentido de aguardar as conclusões da CPI dos Títulos Públicos manifestamo-nos pela rolagem de 98,00% dos títulos da Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) vencíveis em 01.06.97 pelo prazo de 1 (um) ano, de acordo com o Projeto de Resolução que apresentamos:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 1997

Autoriza o Município de São Paulo a emitir, mediante oferta pública, *Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo - LFTMSP, destinadas ao giro da Dívida Mobiliária, vencível em 01.06.1997*.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de São Paulo autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a emitir Letras Financeiras do Município de São Paulo - LFTM - SP, destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vencível em 01.06.1997.

Art. 2º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) *quantidade*: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, atualizados nos termos do § 7º do art. 16 da Resolução nº 69, de 1995, deduzida a parcela de 2,00%;

b) *modalidade*: nominativa - transferível;

c) *rendimento*: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro - LFT, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25.11.87;

d) *prazo*: até 1 (um) anos;

e) *valor nominal*: R\$ 1.000,00 (CETIP)

f) *características dos títulos a serem substituídos*:

CETIP

TÍTULO	VENCIMENTO	QUANTIDADE
P	01.06.1997	99.000.000
P	01.06.1997	99.000.000
P	01.06.1997	69.786.314

g) *previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos*:

CETIP

COLOCAÇÃO	VENCIMENTO	TÍTULO	DATA-BASE
02.06.1997	01.06.1998	P	02.06.1997

h) *forma de colocação*: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20.09.79, do Banco Central;

i) *autorização legislativa*: Lei nº 7.945, de 29.10.73 e Decreto nº 27.630, de 26.01.89.

Art. 3º A presente autorização deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TEXTO FINAL APROVADO PELA CAE

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 1997

Autoriza o Município de São Paulo a emitir, mediante oferta pública, *Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo - LFTMSP, destinadas ao giro da Dívida Mobiliária, vencível em 01.06.1997*.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de São Paulo autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a emitir Letras Financeiras do Município de São Paulo - LFTM - SP, destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vencível em 01.06.1997.

Art. 2º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) *quantidade*: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, atualizados nos termos do § 7º do art. 16 da Resolução nº 69, de 1995, deduzida a parcela de 2,00%;

b) *modalidade*: nominativa - transferível;

c) *rendimento*: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro - LFT, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25.11.87;

d) *prazo*: até 3 (três) anos;

e) *valor nominal*: R\$ 1.000,00 (CETIP)

f) *características dos títulos a serem substituídos*:

CETIP

TÍTULO	VENCIMENTO	QUANTIDADE
P	01.06.1997	99.000.000
P	01.06.1997	99.000.000
P	01.06.1997	69.786.314

g) *previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos*:

CETIP

COLOCAÇÃO	VENCIMENTO	TÍTULO	DATA-BASE
02.06.1997	01.06.2000	P	02.06.1997

h) *forma de colocação*: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20.09.79, do Banco Central;

i) *autorização legislativa*: Lei nº 7.945, de 29.10.73 e Decreto nº 27.630, de 26.01.89.

Art. 3º A presente autorização deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

OFÍCIO S Nº 04/97

**ASSINAM O PARECER OS SENHORES
SENADORES:**

SALA DA COMISSÕES EM 20 DE MAIO DE 1997.

**FERNANDO BEZERRA : Presidente em exercício
EDUARDO SUPLICY: Relator**

**ONOFRE QUINAN
JOSÉ EDUARDO DUTRA
GILBERTO MIRANDA
ROBERTO REQUIÃO
LÚCIO ALCÂNTARA
BENI VERAS**

**EPITÁCIO CAFETEIRA
BELLO PARGA
WALDECK ORNELAS
JONAS PINHEIRO
FREITAS NETO
ESPERIDIÃO AMIN**

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Pois não.

O SR. CARLOS BEZERRA – O voto está muito longo, todos nós já lemos. Gostaria que V. Ex^a colocasse apenas o último parágrafo. Todos já o leram. Nós ganharíamos tempo para votar outras matérias.

Se possível, Sr. Relator.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, há pontos aqui que merecem destaque.

Vou acelerar o ritmo da leitura, nobre Senador Carlos Bezerra.

(Continua a leitura do parecer.)

Sr. Presidente, diz o meu parecer: "Manifestamos pela rolagem de 23,07% dos Títulos da Prefeitura Municipal de São Paulo, vencíveis em 1º/06/97, percentual efetivamente utilizado para o pagamento da quarta parcela de precatórios judiciais e seus complementos de acordo com o projeto de resolução que apresentamos".

Isso consta do projeto de resolução.

Entretanto, pouco antes da reunião, tivemos um diálogo com os Senadores Esperidião Amin, Epitácio Cafeteira e Roberto Requião a respeito desse projeto de resolução. Tendo em vista que esse assunto está pendente de decisão por parte do Senado, em decorrência das conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito que se reúne praticamente para resolver o assunto no mês de junho, de forma definitiva, e há um pedido de prorrogação.

Considerando que essa dívida mobiliária é vencível no dia 1º de junho, portanto na próxima semana, e a proposição do Senador Esperidião Amin de que seria adequado que propuséssemos que houvesse a rolagem por um período de um ano, portanto, vencível ainda durante o período da administração do Prefeito Celso Pitta, tendo em conta que provavelmente no final desse semestre haverá uma decisão do Senado Federal, tendo em vista as conclusões da CPI, então, chegamos a um entendimento no sentido de propor a rolagem por um período de um ano.

Também considere que o Banco Central propôs que houvesse o resgate de 8,4%.

Assim, Sr. Presidente, o projeto de resolução que proponho – peço a atenção por que ele é diferente do que estava registrado – está colocado nos seguintes termos:

(Continua leitura do parecer.)

O SR. GILBERTO MIRANDA – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Para discutir, tem a palavra o Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, em primeiro lugar, proponho que V. Ex^a coloque em votação uma modificação para, em vez de um ano, ser cinco anos, como ocorreu com todas as rolagens nesta Comissão e no plenário do Senado.

Segundo, que em vez de 23,07, seja de 98%, como foram todas as rolagens, com o voto de todos os Senadores, exceto o do Senador Lauro Campos. Nesta Comissão houve um acordo de cavalheiros para se rolar 98%.

E uma outra coisa, Sr. Presidente. O Senador Supply faz confusão de "alhos com bugalhos". Já expliquei a S. Ex^a e os demais Senadores já conversaram com ele.

Passo às mãos de V. Ex^a cópia de documento que menciona a emissão de 1992, da qual foi primeiro Relator o Senador Mário Covas, aprovada pelo Tribunal de Contas. As ações dos Vereadores contra essa emissão foram todas arquivadas ou consideradas sem razão nenhuma, com voto vencido.

Com relação à operação, matéria publicada no dia 12 de março de 1997 diz que o Banco do Brasil está tranqüilo quanto à emissão da Prefeitura, porque ela passa a ter uma economia de US\$30 milhões ao ano. Passo cópia deste documento também às mãos de V. Ex^a.

E quero dizer mais, Sr. Presidente. A autorização de 1992 foi dada pelo Governo do PT, que previa o pagamento do quarto oitavo como complemento do primeiro, do segundo, do terceiro e também do quarto, que ele ainda não havia pago. Na época, a Prefeita Luiza Erundina fechou o ano com 18% de déficit no balanço, o que serviria para cobrir o déficit. Quem propôs essa rolagem, quem propôs esses recursos não foi o Prefeito Paulo Maluf, foi o Governo do PT, que inaugurou essa modalidade de pedido de complemento. Pediu complemento para o primeiro, para o segundo, para o terceiro e para o quarto, cuja emissão estava sendo objeto de votação.

Portanto, o pedido feito em 1992 foi veementemente defendido nesta Comissão – e consta dos Anais – pelo Senador Eduardo Supply, antes do pleito, antes da eleição daquele ano, que, se não me engano, S. Ex^a disputava.

A solicitação do exame foi feita depois da derrota. A Ata do Tribunal de Contas do Município refere-se a questionamento...

O SR. EDUARDO SUPPLY – V. Ex^a me permite um aparte, só para corrigir? V. Ex^a já se referiu a isto...

O SR. GILBERTO MIRANDA – Eu gostaria de concluir, depois dou o aparte a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Não foi concedido o aparte. Está com a palavra o Senador Gilberto Miranda.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Mas errou V. Ex^a. Essa decisão foi tomada aqui no dia 17 de novembro, depois das eleições. Só para que V. Ex^a não incida novamente em erro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Supply, lamento que V. Ex^a não tenha atendido ao Regimento. A palavra está com o Senador Gilberto Miranda e ele não concedeu a palavra a V. Ex^a.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Agradeço, Sr. Presidente, mas aproveito para responder. Nas Atas desta Comissão, era o Relator da matéria o Senador Mário Covas, que a relatou em setembro aproximadamente, e o relatório foi entregue em novembro, oportunidade em que o Senador Eduardo Supply se manifestou favoravelmente. Depois, quando o PT perdeu as eleições para a Prefeitura de São Paulo, já teria vencido um dos certificados, onde S. Ex^a pediu que voltasse do plenário para a Comissão, para que a matéria fosse revista, isso porque o certificado tinha vencido e o PT havia perdido as eleições.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Novamente, S. Ex^a incide em erro, Sr. Presidente.

O SR. GILBERTO MIRANDA – S. Ex^a não tem o aparte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concederei a palavra a V. Ex^a ao término da fala do Senador Gilberto Miranda.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Mas é que S. Ex^a incorre em erro novamente. Quero corrigi-lo.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, S. Ex^a não tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPPLY – A votação foi no dia 17 de novembro, quando o Senador Mário Covas aqui deu o seu parecer, e já havia o resultado da eleição em segundo turno. Teimosia tem limite!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Eduardo Supply, pediria que houvesse respeito ao cumprimento do Regimento. A palavra está com o Senador Gilberto Miranda. V. Ex^a terá todo o tempo disponível para contra-argumentar. Pediria, entendendo dessa forma, que V. Ex^a deva respeitar.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Vou respeitar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Agradeço.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, o Senador Eduardo Supply tenta apresentar argumentos a respeito de uma CPI que não está nem concluída – estamos pedindo mais trinta dias de prazo, que terminará no mês de julho, parece-me que com 30 ou 35 dias de prazo -, que não analisa a emissão de 1992, que foi feita em 1993. S. Ex^a refere-se a um voto do Tribunal de Contas, que não é verdade. A Ata do Tribunal de Contas se refere aos questionamentos efetuados pelo Vereador Adriano Diogo, já em 1993, após a emissão dos títulos, tendo o Tribunal de Contas considerado regular a emissão e a aplicação dos recursos. O Senador reconhece isso no seu relatório.

Além disso, lembramos que os vereadores do PT que entraram com ações na Justiça, que foram julgadas improcedentes, tendo o Ministério Público determinado o seu arquivamento.

Engana-se o Senador, pois o Tribunal de Contas se referiu de forma bastante clara quanto à regularidade do pagamento dos precatórios, de 1993. Descartou também, de forma bastante clara, qualquer possibilidade de aplicação dos recursos. Esquece o Senador que foi o seu próprio Partido quem pleiteou esse pedido.

E mais: desconhece o Senador que as comprovações dos montantes emitidos com o total de precatórios pagos somente é possível *ex post*, uma vez que existe um descasamento entre autorização da emissão, o prazo determinado pelo Senado e o efetivo pagamento do precatório.

Concordamos que o Senado vem conduzindo, com dedicação e seriedade, as investigações. Mas se engana o Senador quando afirma que os títulos, já da rolagem, se encontram sob investigação. Não é verdade! Encontram-se sob investigação os de 1994, que foram emitidos em 1995; não os de 1992, que foram emitidos em 1993.

O Senador indica, de maneira simplista, o percentual pago, resultado obtido entre o quinto e o sexto da emissão. Entretanto, tal percentual é caracterizado de maneira inequívoca no mesmo item 6º, § 2º.

O Senador desconhece que houve pagamento de ofícios complementares nos anos posteriores à emissão.

É certo, também, que a emissão do 5º, do 6º e do 8º e complementos não podem ser consideradas como abusivas, conforme tenta passar o Senador, pois as solicitações foram feitas nos mesmos moldes da emissão pleiteada pelo PT, em 1992.

Quanto ao biênio 1995-1996, os esclarecimentos foram prestados à CPI e encontra-se a municipalidade à

disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Por fim, diz o Senador que seus apontamentos não podem se constituir em imperativos para a livre decisão do Senado, quanto à pertinência dessa nova solicitação da Prefeitura de São Paulo.

Diante do exposto, tendo a Prefeitura liquidado todos os oitavos, com direito à emissão para o pagamento do sétimo e complementos, que não foram pleiteados.

A Prefeitura de São Paulo, Sr. Presidente, tendo em vista que há complementos a serem pagos ainda, existe dinheiro em caixa, não pediu dinheiro ao Senado Federal para a emissão da 7ª nem da 8ª parcela.

Estando pagando regularmente os ofícios complementares, resultantes de decisões e acordos antes de 1988, pleiteia-se o giro de 100% da dívida.

Mas temos um acordo de dar 98%. É a primeira vez, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que um Senador da República vai contra o seu Estado, contra o maior Município, depois de um acordo inclusive com todas as votações nesta Casa, o Senador Suplicy votou favorável a 98%. É só pegar a Ata desta Casa. Mas quando se trata da Prefeitura de São Paulo, parece-me que há um terceiro turno, um quarto turno – não acabam esses turnos da eleição da Prefeitura de São Paulo -, e ele vem propor o absurdo de rolar 23%, quando em todas as outras rolagens ele pediu 98%.

Sr. Presidente, então, peço que seja por cinco anos, como foram feitas todas as rolagens nesta Casa, e 98%, conforme o acordo desta Comissão, que tem sido respeitado até hoje.

Quem fez esse pedido à época, quem preparou as planilhas, que foi objeto hoje de uma CPI, se não tivesse sido bolada essa história de primeiro complemento, segundo complemento, terceiro complemento, quarto complemento... Isso surgiu no Governo do PT, no Governo de Luíza Erundina.

Em 1994, quando fui relator, o próprio Banco Central disse, textualmente – está escrito e há esse registro nesta Comissão – que a Prefeita Luíza Erundina não aplicou os recursos das emissões realizadas no governo dela – fato esse comprovado pelo Banco Central. É o Banco Central quem o diz. Está escrito, está na Casa, está na CPI. E tenho certeza de que amanhã será objeto de esclarecimento, quando eu falar sobre o assunto.

Sr. Presidente, vamos respeitar o acordo. Penso que acordos de Senadores da República, acordos feitos com todos os Estados, no mínimo, têm que ser mantidos.

Eu pediria a V. Exª que fizesse constar a matéria como um requerimento meu votado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Pediu a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Vou falar, esclarecendo novamente ao Senador Gilberto Miranda que S. Exª se engana em relação aos fatos. Vou recordá-los para S. Exª.

Dia 15 de novembro de 1992, houve as eleições, em segundo turno, em São Paulo. O Sr. Paulo Maluf venceu as eleições. Dia 16 de novembro, foram divulgados os resultados preliminares. Lembro-me de ter permanecido em São Paulo e concedido entrevista. No dia 17 de novembro, vim a Brasília. A reunião da CAE se deu, como hoje ocorre, pela manhã. Então, eu estava chegando aqui quando houve a reunião da CAE. Já havia acontecido o segundo turno.

Portanto, naquele momento, já estava selada a decisão. Não tive, como normalmente costumo ter, tempo para averiguar tudo o que se passava aqui. Estava chegando de São Paulo naquele instante.

Quando o assunto foi votado em Plenário ou foi para a pauta de Plenário, tendo tido tempo de examinar todos os documentos, pedi vista, como era do meu dever como Senador.

Assim, não cabe a alegação feita por S. Exª, no sentido de que tive um comportamento antes de perder a eleição – porque já a tinha perdido – e outro depois da eleição.

Espero que esse esclarecimento coloque um ponto final na questão. Desta forma, S. Exª não precisar ficar repetindo o assunto – já o fez em outras oportunidades e em outros lugares.

Sr. Presidente, a recomendação de rolagem e de resgate de 8,4% é aquela sugerida pelo Banco Central como de bom senso, cabível, possível para a Prefeitura Municipal de São Paulo.

Com respeito ao prazo de um ano, foi o que resultou do diálogo com os Senadores Esperidião Amin e Eptacio Cafeteira; sobretudo Esperidião Amin – o Senador Eptacio Cafeteira foi a testemunha do nosso encontro. Mas foi uma proposição em que estávamos presentes; o Senador Eptacio Cafeteira não estava na primeira parte.

O Senador Roberto Requião, que é o Relator da CPI, está examinando toda essa matéria, sejam os fatos relativos ao que aconteceu no período Luíza Erundina, sejam os fatos relativos ao que aconteceu no período do Prefeito Paulo Maluf, todos eles estão

sendo averiguados, em profundidade, pela CPI, com o devido cuidado.

Se a verdade é aquela que o Senador Gilberto Miranda está dizendo, se é aquela que eu disse, a CPI, onde estão presentes Senadores de todos os Partidos, vai definir.

O Senador Esperidião Amin ponderou comigo que seria adequado aguardar a conclusão da CPI, quando eu aqui, em primeiro lugar, tinha proposto a rolagem apenas dos 23%, que é também o cálculo do Tribunal de Contas do Município.

O Senador Roberto Requião considerou de bom senso a proposição. Portanto, a proposição é de rolagem por um ano. Parece-me adequada, de bom senso. Por isso, mantenho aquilo que expus no meu voto, já levando em conta o entendimento com os Senadores Esperidião Amin e Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, gostaria de pedir a extrema atenção de todos os membros da Comissão de Assuntos Econômicos, porque esse assunto está vinculado diretamente a uma CPI. Direta ou indiretamente, mas está vinculado. E V. Ex^a, que nos preside hoje, exemplarmente, é integrante também da CPI dos Títulos Públicos.

Primeiro, a data-base, ou seja, a data da emissão dessas letras é um princípio que adotamos. Por que a Resolução 85/94 entrou no rol do nosso plano de trabalho? Porque, mesmo com a data da emissão, na prática, tendo sido em 1994, a data referência, ela foi, na prática, emitida em 1995. Então, a data de emissão é de 1994. Nesse caso, a data de emissão é 1º de julho de 1992, ou seja, o título nasceu juridicamente, ainda que a Resolução que o tenha aprovado seja a de fevereiro de 1993, a data-base da sua emissão é 1992. O pedido foi todo ele instruído em 1992.

Por incidentes – não vou misturar aqui emissão, isso não interessa -, por incidentes processuais, apenas processuais, o processo não foi aprovado em 1992, restou para 1993 a única atualização feita no processo, que foi relativa ao certificado do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que, como todos sabem, tem uma certa validade. Venceu, tem que trazer um novo certificado. Não tem nenhuma informação de natureza econômica, natureza financeira, nem mesmo de natureza jurídica. É apenas um atestado de adimplência, que, como todos os outros, tem que ser renovado, assim como se renova cadastro, assim como se renova a folha do prestamista no SPC. Enfim, foi apenas uma questão de adimplência ou não do Município de São Paulo que foi satisfeita.

A primeira afirmação que esta Comissão de Assuntos Econômicos tem que conhecer é a seguinte: pode rolar? Pode rolar. Não há nenhuma proibição legal ou de resolução do Senado que obstaculize essa rolagem. Por quê? Porque ela é anterior, foi autorizada sob a égide da Resolução 36/92, que não impunha qualquer restrição à rolagem no percentual que o Senado quisesse, sugerido pelo Banco Central, mas no percentual que o Senado aceita.

O que o Senado tem aceito – e se o Senador José Fogaça me permite -, ainda na semana passada quase que no Plenário foi alterado, a Comissão de Assuntos Econômicos autorizou 98% para o Rio Grande do Sul, e o Senador José Fogaça, que não conhecia o debate que tinha havido na Comissão, propôs 100%.

Fiz a ponderação, o Senador José Serra conversou pessoalmente com S. Ex^a que retirou a emenda. Mas corremos o mesmo risco, na semana passada, de 1995, quando esta Comissão aprovou 98% e o Plenário do Senado passou a aprovar 100% de rolagem. Ou seja, não há proibição para que haja rolagem. O que não quer dizer que haja o direito líquido e certo à rolagem.

Nisso eu concordo com o Senador Eduardo Suplicy. É diferente do parágrafo único do art. 33, que dava o direito líquido e certo ao Estado ou ao Município que tivesse precatório para pagar. Ele tinha o direito unilateral de parcelar e tinha o direito líquido e certo de emitir. O Senado não podia proibir a emissão de letras para pagar precatórios, porque o parágrafo único é muito claro: "Poderão as entidades devedoras emitir títulos". Este é um direito que a Unidade da Federação tem, desde que tenha precatórios, desde que os tenha parcelado por decisão editada regularmente, desde que não tenha inflado essa lista de maneira irregular. "Poderão" nestas condições.

E pode rolar? Pode rolar. A Comissão pode dizer "sim", pode dizer "não", pode dar 98%, pode dar 91.6% e pode dar 100% também. Este é o primeiro aspecto que eu queria frisar.

Segundo, o Senador Eduardo Suplicy desenvolve um raciocínio, como sempre diligente, esforçado, mas rigorosamente inconcluso e inconclusivo, impossível. Não porque S. Ex^a não tenha trabalhado bem. É absolutamente impossível demonstrar, inquestionavelmente, que houve emissão a maior. Por que é impossível? Primeiro, porque a CPI ainda não o disse; segundo, porque a parte interessada ainda não foi chamada para contra-argumentar.

Quando se disser – só quero concluir, Sr. Presidente, vou falar da Prefeitura – que o Estado de São Paulo emitiu a mais, o Governador de São Pau-

lo virá aqui, ou o seu Secretário da Fazenda, para contestar. Se isso vai acontecer no âmbito da CPI ou no âmbito do Plenário, não sei. Mas que vai haver discussão, vai. Por quê? Porque isso vai envolver, Sr. Presidente, matéria de natureza financeira, trabalho de, como se diz na gíria, chinês; porque isso vai envolver títulos emitidos em período de inflação galopante, em que o regime de caixa é muito mais importante do que o valor do título.

Se tenho autorização para emitir o título em janeiro, e emito ou não, tanto faz, e pago o precatório em dezembro. V. Ex^a imagine quantas vezes emiti o valor líquido e certo que paguei em dezembro, com uma inflação de 20% ao mês, por exemplo. O valor nominal de janeiro, com a correção de 20% ao mês, torna o valor aparentemente igual ao de dezembro, desprezível, porque, na verdade, eu teria tido o direito de emitir 10 vezes, 8 vezes o valor do que eu paguei em dezembro, suscitando outro complemento.

A Prefeitura de São Paulo não fez nada de irregular ao falar de complementos; a Constituição é que fala. O precatório-mãe ou o precatório-pai, como se queira, tem que ser anterior a 5 de outubro de 1988. Agora, o complemento ou os complementos – porque nos precatórios trabalhistas é comum que haja mais do que um complemento, e também, o que é mais grave, pode ter o advogado pedido o complemento e ter dormido no ponto – são devidos num período de inflação alta de maneira dramática. Quatro meses de atraso, de defasagem entre o valor do título e o valor do pagamento significa 100%. Ou seja, emito 200 e pago 100 no regime de caixa.

Para fazer o ajuste, Sr. Presidente, Sr. Senador Eduardo Suplicy, do que foi a emissão do precatório, do que foi a emissão dos seus complementos e o valor efetivamente pago, vai haver demanda. É isso que quero dizer. É um assunto complexo, o Senado vai ter que se posicionar, e vamos todos ter que acatar. Se, em determinado momento, se disser que a Prefeitura de São Paulo emitiu a maior, se ela vem aqui, explica e chegamos a uma conclusão, todos teremos que nos subordinar a isso. Mas ninguém pode dizer hoje que foi a maior em tanto ou a maior em quanto. Ninguém pode dizer, nem o Senador Eduardo Suplicy, ninguém tem os elementos para dar uma sentença sobre esse valor aparentemente a maior. Este é o segundo, portanto, que é o nó do parecer do Senador Eduardo Suplicy.

A CPI já pode ter informações, mas só sabermos qual foi o valor a maior quando a CPI tiver concluído a deliberação, o que alcança aqueles que tinham precatório, que tinham a decisão editada e,

portanto, tinham o pagamento anual dos oitavos dos precatórios e dos seus complementos.

Este meu raciocínio não pode alcançar os casos de unidades da Federação que não tinham precatórios a pagar. Por exemplo: no caso de Pernambuco, a CPI não proibiu que esses títulos continuassem a ser negociados. A única intervenção da CPI – homologada pelo Supremo – foi impedir que entrassem no mercado títulos sabidamente eivados dessa fraude original e que não tinham ainda ido ao mercado. Ou seja, a única providência da CPI foi abortar o lançamento. Nos que já estão lançados ainda não interferimos; e acho que foi prudente, mas criou um princípio, porque não sabemos ainda o que é a maior e o que não é. Muito embora já se saiba que em alguns Estados da Federação, como Pernambuco, Alagoas e Santa Catarina, não havia precatórios a pagar em 1988.

Finalmente, entendo que o percentual de 98%, seja qual for a rolagem – se a Comissão decidir: "Só vamos autorizar a rolagem disso" –, tem que ser 98% disso. Porque esse é o princípio que adotamos. É um princípio frágil; qualquer um pode derrubar, mas é bom que não se derrube. Eu autorizei, no caso de Santa Catarina, em que fui relator de uma parte do processo, mesmo sabendo que existem irregularidades quanto aos precatórios, porque as letras tinham que ser colocadas. Isso até foi muito bom, porque Santa Catarina colocou as letras autorizadas pelo parecer do Senador Vilson Kleinübing sem deságio e sem necessidade de Banco Votor. E isso aconteceu agora, em abril, depois do furacão! Depois do furacão, conseguiu colocar sem deságio e sem Banco Votor. Poderia, então, ter colocado tudo sem deságio e sem o Banco Votor.

Como último tópico, quero dizer que o argumento que apresentei ao Senador Eduardo Suplicy foi baseado no seguinte: se você tem certeza de que haverá a maior e que o a maior vai precisar de compensação desta tranche, a medida cautelar que se poderia propor seria fazer que o vencimento das letras, cuja emissão autorizaríamos, ocorra no atual mandato, seja em um ano, seja em dois anos, seja em três anos.

Este é o argumento que considero plausível, se este volume de emissão for considerado indispensável para um possível acerto decorrente da futura decisão da CPI. O "um ano" entrou dentro desse espírito. Se ainda restam três anos e meio de mandato, qualquer coisa que seja menor do que esse prazo. Se o mandato que resta aos Governadores é de um ano e meio, e se tivermos que fazer algum acordo, caso ocorra necessidade, acho que seria viável, desde que seja dentro do período, porque alguma solução o Senado vai ter que dar para cumprir a Resolu-

ção nº 69/95, que manda resgatar as emitidas sob a sua égide, Senador Roberto Requião. Ela não manda quitar as emitidas sob a égide das Resoluções. Ou seja, quem emitiu letras sob a égide da Resolução nº 36/92, quem emitiu letras para pagar precatórios sob a égide da Resolução nº 11/94, não sofre essa penalidade que está escrita para os que emitiram posteriormente a dezembro de 1995.

A meu ver, isso terá que ser considerado no caso de Alagoas, cuja emissão é anterior à Resolução nº 69/95 – salvo engano de minha memória.

Ouçó o Senador Gilberto Miranda, pedindo desculpas se me alonguei.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Senadores, há um complemento dos meus argumentos com os do Senador Esperidião Amin, aliás muito bem colocados.

Entretanto, gostaria de deixar bem claro aqui que o objetivo e o objeto da CPI é determinado: trata-se de 1995 e 1996. No caso de São Paulo, 1994 foi emitida em 1995 e foi considerado. Ora, a CPI analisa 95/96 e não 1992, Sr. Presidente! Coloca muito bem o Senador Esperidião Amin, quando cita, inclusive, a nova Resolução de novembro de 1995. A Resolução é de novembro de 1995 e a emissão, Srs. Senadores, é de 1992! Coloca melhor ainda o Senador Esperidião Amin quando diz quem poderá afirmar claramente que foi pago a maior ou a menor, com a inflação que tínhamos nos anos de 1992, 93 e 94. Acredito que ninguém nesta Casa poderá fazê-lo, a não ser, como disse o Senador, de chinês, compilando e vendo todos os dados.

Então, Sr. Presidente, mantenho a proposta de cinco anos e os 98%, porque essa matéria não é objeto da CPI. A CPI poderá tomar decisão com relação às emissões de 1994, feitas em 1995 e 1996, mas ela não tem objeto para voltar a 1992, tampouco a 1993, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Eptacio Cafeteira, que a havia pedido por ter sido citado.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA – Sr. Presidente, permito-me chegar a conclusão de que houve, de certa forma, com a composição da CPI, a criação quase que de um clone da Comissão de Assuntos Econômicos. Os membros são os mesmos, assim como os assuntos que passam por esta Comissão. Mas, os posicionamentos políticos estão a misturar as coisas, porque enquanto a CPI não tiver examinado e aprovado o relatório do nobre Senador Roberto Requião, não se chegará a conclusão alguma. E se não se chegou à conclusão alguma, não deveriam os seus

membros se anteciparem, já que essa conclusão dependerá do relatório do Senador Roberto Requião.

Por exemplo, no caso em pauta, os títulos são de 1992, negociados em 1993 e não estão dentro do exame da CPI. Se há sobra nessa emissão, esse é um outro assunto. Tenho certeza de que o nobre Senador Roberto Requião, quando a CPI chegar ao resultado final, haverá de dizer que os Municípios e os Estados tais emitiram, sem que houvessem precatórios, determinando a quantidade para cada Estado e para cada Município. E, na ocasião, será estabelecida a forma de regularizar isso. Então, não será nesta tentativa de se antecipar primeiro quanto houve de emissão a maior do que o precatório. Não se pode começar a punir o Município que ainda não está punido pela CPI. Se este Senado tem dado 98% e o prazo tem sido de cinco anos, não vejo por que a Comissão de Assuntos Econômicos resolveu iniciar uma punição que – se houver – só poderá ser feita após o relatório e a conclusão da CPI de Precatórios.

Sr. Presidente, acompanho a proposta do Senador Gilberto Miranda. Aliás, quero dizer que realmente ouvi a conversa do Senador Esperidião Amin com o Senador Eduardo Suplicy, que, talvez por uma questão de posicionamento político, procurou ouvir a opinião do Senador Esperidião Amin no tocante a concluir que a validade terminasse antes do fim do mandato do Prefeito Celso Pitta, e procurar usar o argumento do Banco Central para diminuir o valor da rolagem.

Creio que S. Ex^a, se fizer um exame frio de um Senador que se absteve em examinar o partido do Prefeito e o seu próprio partido, vai chegar a uma melhor conclusão. Na realidade, este País está vivendo uma síndrome: se chove a culpa é de Paulo Maluf, mas se não chover, o culpado é Paulo Maluf.

Ele estava no exterior e, de repente, apareceram as fitas gravadas... "só pode ter sido Paulo Maluf". Então, é isso que estamos vivendo neste País. Não há para onde fugir porque mesmo fora do País, ele continua a ser apontado por todas as coisas que as pessoas entendem que não estão corretas.

Sou a favor da rolagem por cinco anos como tem sido dado a todos estados e municípios, e nos 98% porque é exatamente o que o Senado resolveu dar a todos os estados e municípios.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, ouvi com atenção os argumentos dos Senadores que me precederam, Gilberto Miranda, Esperidião Amin e Eptacio Cafeteira. Com respeito à questão dos 98% ou deduzidos os 8,4%, quero registrar que

se trata de uma situação diferente porque uma coisa foi a rolagem dos próprios títulos do município de São Paulo, a primeira parcela dos quais votamos aqui no primeiro bimestre – eu próprio fui favorável aos 98%. Mas, aqui, trata-se de precatórios judiciais que estão sob exame da CPI.

Ainda que a CPI refira-se aos anos 1995 e 1996, para que se saiba exatamente tudo o que ocorreu nesses anos, está sendo uma exigência da CPI o exame de tudo o que ocorreu desde 1989.

Portanto, os técnicos da CPI, a assessoria da CPI, estão examinando ano a ano, desde 1989. Para o exame desse assunto, relativo a 1992 e 1993, a assessoria da CPI examinou, título por título, todos os precatórios pagos por São Paulo e que foram aqui enviados. A CPI examinou. Obviamente, tive o cuidado de tomar uma decisão, levando em conta o levantamento da CPI.

Ressalto que o valor dos títulos foi atualizado pelo valor da UFIR, seguindo procedimento do Tribunal de Contas do Município.

Considero adequado o argumento do Senador Esperidião Amin no sentido de que a decisão final, precisa, não pode ser apenas deste Senador, tem que ser a da CPI e do Senado. E levando em conta isso, vou concordar em modificar para os 98%. Proponho que seja o período que havíamos proposto, de um ano.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Posso pedir um aparte rápido?

O SR. EDUARDO SUPPLY – V. Ex^a já me convenceu de muitos argumentos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não vou lhe vencer de nada. Só quero remeter a nossa conversa ao seu inteiro teor.

Acho que não podemos criar um fato consumado que conspire contra uma decisão que podemos tomar ou podemos não tomar. Por isso, gostaria de confinar – acho que o correto seria confinar – o prazo da rolagem ao período de mandato.

Por essa razão, se fosse de um Governo de Estado, se tivéssemos tratando do Governo do Estado de São Paulo, considero que um ano, no máximo um ano e meio, seria o limite. A partir daí, estaríamos criando um fato consumado para o sucessor do atual.

Nesse caso, como se trata de um mandato municipal, considero que seria honesto, moralmente defensável por toda as razões que V. Ex^a apresentou e que foram aqui discutidas – estou fazendo uma colocação serena – considero que três anos seriam corretos. Três anos não significam confronto, prejudica-

mento porque não podemos prejudicar, seja para dizer que está certo ou errado.

V. Ex^a dizendo que os números estão errados em relação ao juízo competente, que é do Senado não é nem da CPI, é do plenário do Senado afinal de contas, está fazendo um prejudgamento, por mais elementos que tenham.

Se a CPI diz que o documento preliminar da CPI que está sendo mandado para a Prefeitura de São Paulo mostra que teve 1 bilhão ou 100 milhões a mais, ainda é um prejudgamento. Acho que não podemos prejudicar, nem para ajudar, nem para prejudicar. Três anos não prejudica e não concede um alvará que só será resgatado pelo sucessor do atual mandatário.

Por isso, acho que o honesto – não sou o dono da verdade – o equilibrado são três anos. Nesse caso, porque é município, se fosse estado, seria um ano.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy para encerrar e, em seguida, o Senador Roberto Requião.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Gostaria de ouvir a opinião do Senador Roberto Requião por ser a pessoa que mais estudou esse assunto, inclusive sobre São Paulo e sobre a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

Pediria a gentileza de sermos todos objetivos em relação a questão, uma vez que temos ainda uma longa pauta a ser percorrida.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, no exame da utilização dos recursos dos precatórios, objeto de análise da CPI, a regra é o desvio de recursos para outros fins. Desvios pesados e a análise preliminar da Prefeitura de São Paulo não foge a essa regra. É uma regra estabelecida, os precatórios, a partir de um determinado momento, foram emitidos para capitalização dos municípios, para fazer caixa.

No entanto, creio que, se chegarmos a essa conclusão votada na Comissão, teremos que decidir o que deve ser feito com os títulos emitidos para a rolagem, inclusive os títulos emitidos na vigência da Resolução nº 11, da 36 e 92.

Na minha opinião, deveríamos tomar uma medida cautelar. Se, por exemplo, déssemos os três anos que o Senador Esperidião Amin sugere estaríamos jogando para o fim da administração do Prefeito Celso Pitta. Isso ocasionaria ao próximo Prefeito uma grande dificuldade não resolvida ao assumir a Prefeitura. Dificuldade porque não teria acompanha-

do o desenrolar do processo, não teria a vista uma solução para a liquidação definitiva do problema.

Acho que poderia fazer uma proposta intermediária, honrada, decente e defensável, de estabelecermos um valor médio entre a proposta do Senador Esperidião Amin e a proposta do Senador Eduardo Suplicy. Cinco anos é um absurdo porque estaríamos jogando uma bomba no meio da administração do próximo Prefeito. Dois anos deixam o Prefeito Celso Pitta numa situação confortável, se a CPI considerar que os recursos dos títulos foram utilizados de uma forma razoável e o obriga, como administrador municipal, uma vez que uma Prefeitura é uma estrutura permanente e não pode eternizar os seus problemas, em caso contrário, a resolver o problema.

Existe a possibilidade, muito concreta, de a CPI vir a sugerir o resgate imediato de todos os títulos, pelo simples fato de que eles não tenham sido usados em pagamento de precatórios.

Esse é um fato que dificilmente será afastado das conclusões da CPI.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Só queria dizer que todos os títulos de precatórios emitidos sob a égide da 69/95 e este – se aprovarmos um título, ou cem títulos aqui, eles estarão sendo emitidos sob a égide da 69/95 -, eles não podem ser rolados.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Acabou, terão que ser fixados.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – E se está sendo fixado para três anos. Quando completarão os três anos? No dia 1º de junho do ano 2000, antes de eleição do sucessor do Sr. Celso Pitta. Se não pagar ou se não vier uma solução geral diferente...

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senador Esperidião Amin, não podemos nos esquecer que apesar da 69, o Governo Federal estava arrolando todos os títulos emitidos para pagar precatórios.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Se houver um acordo geral, aí é uma outra questão – nós já pedimos prazo para ...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – A CPI interferiu nisso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – V. Ex^a oficiou e o Banco Central aceitou, e esses títulos já estão apartados do acordo geral de alongamento agrícola. Se nós fixamos 1º de junho do ano 2000 nós não estamos jogando nada para o sucessor do Pitta.

Primeiro, não pode mais ser rolado, a não ser no âmbito de um acordo, que aí vai ser geral, não vai ser para a Prefeitura de São Paulo. Se for geral é porque o Senado aprovou; mas não aprovou ainda, vai aprovar.

Então, só quero ponderar que não tenho nada contra dois anos. Agora, só queria dizer que a proposta que fiz de três anos não joga. Eu queria retificar ao eminente Relator da CPI.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Termina em que prazo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Em primeiro de junho do ano 2000. A eleição é em outubro do ano 2000.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sim, exato. Seis meses antes da eleição. Quer dizer, a "bomba" fica para o próximo, seguramente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não. Tem que pagar antes.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – O próximo prefeito pega a prefeitura insolvente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Se não pagar o título no dia 1º de junho de 2000. Vamos supor que não haja nenhuma alteração de regra. Se houver alteração de regra não podemos aqui considerar, porque se há alteração de regra aí é futurologia. No dia 1º de junho do ano 2000 ou a atual administração paga ou se desmoraliza.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Veja a situação do Paulo Maluf que vai ser o próximo prefeito como vai ficar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sei que a sua intenção de votar é mais uma vez flagrante. A sua declaração de voto até deixa o Senador Eduardo Suplicy um pouco triste.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, temos três proposta, uma cinco anos, uma de três anos e uma de um ano.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Antes de colocar as propostas em votação eu anotei todas aqui.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, serei breve, ao contrário da praxe. Estou com 68 anos de idade, e pela primeira vez alguma autoridade me chamou para prestar contas de que eu tenha feito. Amanhã irei, pela primeira vez na vida, à CAE para prestar contas de um parecer que dei à CPI. Como o Senador Epitácio Cafeteira está dizendo que CAE e CPI são a mesma coisa, acabei me confundindo.

Então, irei à CPI. E o tal de acordo de cavalheiros que foi firmado nesta Casa e que nos lavava a alma no sentido de que ao invés de 100%, apenas

nós permitimos aqui 98%, 2% de diferença, que acho muito pouco, eu acabo por ter cumprido esse acordo tendo que prestar contas à CPI.

O que eu passei a achar – e acho até hoje – é que é uma questão de salvaguarda da CAE e do próprio Senado. Nós devemos passar a adotar o parecer do Banco Central. Se tiver certo o Banco Central, tudo bem, se estiver errado o Banco Central que assuma a sua responsabilidade, e nós não temos nada com isso.

De modo que a minha posição é esta – já falei inclusive no plenário a esse respeito – não estou rompendo acordo de cavalheiros, estou assumindo uma posição de precaução diante do que possa continuar a ocorrer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado, quero dizer a V. Ex^a que estarei acompanhando também V. Ex^a só que ainda não cheguei em 1968, mas também irei depor na própria Comissão que faço parte, que é emitir o parecer da mesma forma em relação ao Estado do Rio Grande do Sul.

Creio que a matéria está bastante debatida e eu gostaria de colocá-la em votação.

Há sobre a mesa quatro propostas: a do Sr. Relator, com preferência na votação; a do Senador Gilberto Miranda; a do Senador Esperidião Amin e a do Senador Roberto Requião.

Pela ordem, votaremos em primeiro lugar a proposta do Senador Eduardo Suplicy, propondo rolagem – a proposta já codificada, se é que entendi, de que o prazo seria de um ano, rolando 98%, e não 23%, como inicialmente posto.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Pela ordem, Sr. Presidente. Pergunto a V. Ex^a se o procedimento, dado que há diversas alternativas, será então por dois turnos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Nós vamos votar cada proposta, se a proposta de V. Ex^a for rejeitada...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Se for aprovada, prejudica as outras, é claro.

Com a palavra o Senador Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS – Sr. Presidente, apenas para pedir um esclarecimento. Pelo que entendi todas as quatro emendas limitam em 98% a rolagem, a correção é só no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Inclusive, é a proposta do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. WALDECK ORNELAS – Então, talvez devesse colocar em votação, ressalvadas as emendas e depois vota-se como emenda as alternativas.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, eu não cheguei a formular uma outra proposta, mas o Banco Central propõe a rolagem de 91,7%. Então, essa proposta de 91,7% do Banco Central eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Qual é o tempo que V. Ex^a propõe?

O SR. LAURO CAMPOS – Três anos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Nós temos que respeitar o que diz o nobre Senador Lauro Campos, se defende 91,6%...

O SR. LAURO CAMPOS – Eu não, o Banco Central.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Mas se V. Ex^a assume, então temos que colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Mas é claro que será colocado em votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não é só a questão do prazo; 91,6% ou 98%?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Nós vamos colocar em votação o parecer, ressalvadas as emendas, inclusive a do Senador Lauro Campos no que concerne ao percentual da rolagem.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA – O Senador Lauro Campos está defendendo a proposta do Banco Central de 91% e cinco anos.

O SR. WALDECK ORNELAS – Senador Epitácio Cafeteira, se me permite, o próprio Senador Lauro Campos aqui presente pode repetir a proposta.

O SR. LAURO CAMPOS – Eu proponho que o percentual seja do Banco Central e que o prazo, para não ultrapassar o mandato do atual prefeito, seja de três anos.

(Discussões fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Então, vou colocar em votação o parecer do Senador Eduardo Suplicy, de 98%, ressalvada a emenda do Senador Lauro Campos.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer, ressalvadas as emendas. Votaremos, inicialmente, a emenda relativa a percentual.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço que seja dada preferência, como primeira votação, à proposição do Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Da mesma forma, vamos dar preferência à proposta do Relator, que propõe 98%, em seguida votaremos a emenda do Senador Lauro Campos que propõe, como o Banco Central, 91.7%.

Os Srs. Senadores que aprovam a proposta do Sr. Relator permaneçam sentados. Os que discordam queiram se manifestar.

Aprovado, com voto contrário do Senador Lauro Campos. Fica prejudicada a proposta do Senador Lauro Campos.

Votaremos agora os prazos.

Iniciaremos com a proposta do Senador Roberto Requião.

São dois ou três anos, Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Dois anos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Então, para que haja um melhor entendimento e confluência das proposições, apoiarei a proposição do Senador Roberto Requião, pedirei preferência para que ela seja votada em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – A preferência será pela ordem de apresentação das propostas. Primeiro, o parecer de V. Ex^a; em segundo, a proposta do Senador Gilberto Miranda; em terceiro, a proposta do Senador Esperidião Amin e, em quarto, a proposta do Senador Roberto Requião.

O SR. EDUARDO SUPLICY – É um requerimento de preferência.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, o Relator acatou a proposta do Senador Roberto Requião. Então, passa a ser proposta do Relator, que tem preferência.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, o Relator da matéria dava cinco anos e 23%; depois, evoluiu para 98% e para cinco anos; posteriormente, voltou para um ano e, depois, quer ganhar de qualquer jeito e acorda com dois?! Retiro a minha pro-

posta de cinco anos e fico com a proposta do Senador Esperidião Amin, de três anos. Aí ficamos com três anos; há uma de dois e uma de três.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Retirada a proposta de V. Ex^a, temos, então, duas propostas relativas ao tempo: uma do Senador Eduardo Suplicy, que será votada em primeiro lugar, e, em seguida, a proposta do Senador Roberto Requião.

Senador Esperidião Amin, desculpe-me a confusão.

Submeto à votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Só vai ser considerado aprovado o que for maioria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Posso fazer a votação nominal. Se V. Ex^{as} estiverem de acordo, faço a chamada nominal e votamos dois ou três anos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Senador Esperidião Amin, já avançamos tanto na direção de um entendimento, que poderia V. Ex^a neste momento demonstrar um entendimento completo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Será feita a votação nominal.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal.)

Votaram por três anos 11 Srs. Senadores e 2 Srs. Senadores votaram por dois anos.

Antes de encerrar, peço a atenção de V. Ex^{as}: o Presidente da Comissão, Senador José Serra, convoca reunião para a próxima quinta-feira, às 10h.

O SR. ONOFRE QUINAN – Sr. Presidente, faço um apelo aos Colegas para permanecerem no recinto.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, por se tratar de um relatório longo, vou apenas assinalar os pontos principais do empréstimo para cumprir o PDV do Estado de Goiás. O valor é 10.700 para completar o processo do PDV, todas as exigências cumpridas e será resgatada ainda no Governo atual.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Está em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h20min)

ATOS DO DIRETOR-GERAL DO SENADO**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.416, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

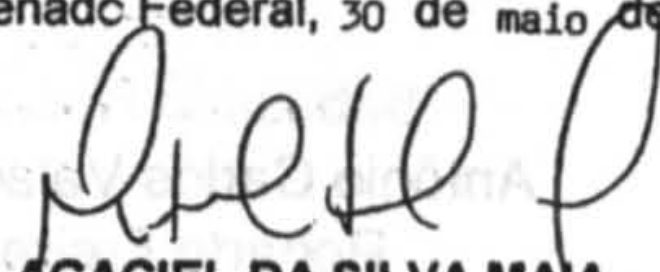
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **WALDEMAR REINEHR KOHLRAUSCH**, matrícula nº 1266 SEEP, e **ELIAS LYRA BRANDÃO**, matrícula nº 0659 SEEP, como gestor titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 0083/97, celebrado entre o Senado Federal e **ATIVA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA**.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 30 de maio de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.417, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **JOÃO CARLOS MOREIRA CORRÊA**, matrícula nº 4741, e **SILVIA DE ALBUQUERQUE CARVALHO**, matrícula nº 2913, como gestor titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 069/97, celebrado entre o Senado Federal e **XEROX DO BRASIL LTDA**.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 30 de maio de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.418, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

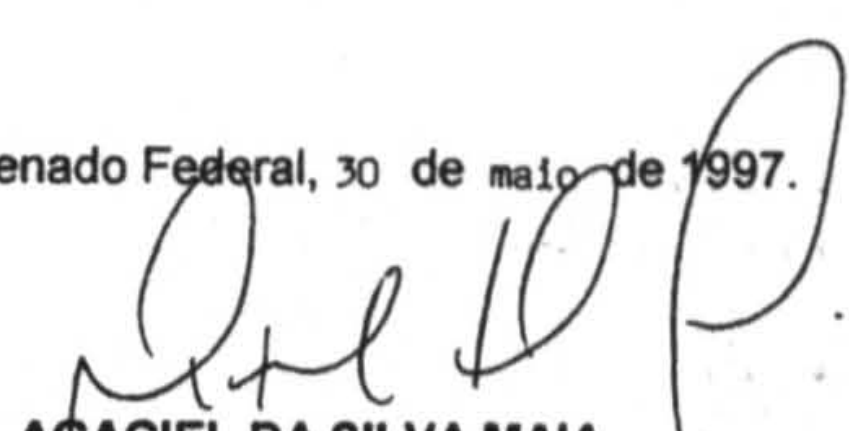
Art. 1º - São designados os servidores **RAIMUNDO MANUEL DO NASCIMENTO**, matrícula nº 3223, e **MÁRCIO SEIXAS DE ARAÚJO**,

matrícula nº 3453, como gestor titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 009/95, celebrado entre o Senado Federal e **EMPRESA ELEVADORES OTIS LTDA**.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 30 de maio de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.419, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 009.119/97-3,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROBERTO ALVES D'AZEVEDO** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Pedro Simon.

Senado Federal, em 30 de maio de 1997.

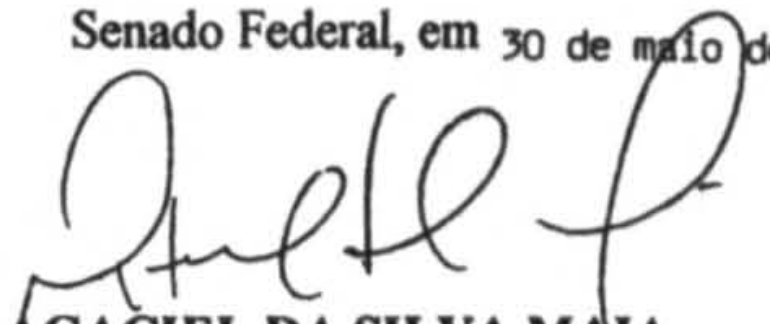

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.420, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do processo nº 009.131/97-3,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, combinado com o inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RAYMUNDO JORGE CHAVES JÚNIOR**, matrícula nº 6070, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador Otoniel Machado.

Senado Federal, em 30 de maio de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1º – Emília Fernandes – PTB – RS

2º – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3º – Joel de Hollanda – PFL – PE

4º – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 2-4-97)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Continho Jorge

**LIDERANÇA DO
BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC

Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CELSON ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
ODACIR SOARES	RO-3218/20	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
VAGO		7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
PTB			
JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

Atualizada : em 13-05-97

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)**TITULARES****SUPLENTE****PFL**

ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ODACIR SOARES	RO-1031/1129	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VAGO		9-VAGO	

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	

PSDB

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67

PPB

ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37
----------------	--------------	--------------------	------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3234/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-ODACIR SOARES	RO-3218/20
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4- CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52
PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2- JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.

SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541

FAX: 311- 4315

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
 VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/46
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
VAGO		6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
VAGO		7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
VAGO		8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-VAGO (*)	
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
EMILIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

(*) Em virtude da posse do Senador Iris Rezende como Ministro de Estado da Justiça.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO BORGES
 LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

Atualizada em: 22/05/97

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348		

REUNIÕES: (HORÁRIO A SER FIXADO)
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

Atualizada em: 17/04/97

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO (*)

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO *1		7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
VAGO (*)		5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPLICY (PT)	DF-2341/47
VAGO *1		3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

(*) Em virtude da posse do Senador Iris Rezende como Ministro de Estado da Justiça.

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

Atualizada em: 22/05/97

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-VAGO (*)	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82
PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
PTB			
EMILIA FERNANDES	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321

(*) Em virtude da posse do Senador Iris Rezende como Ministro de Estado da Justiça.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

Atualizada em: 22/05/97.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designação em 25-04-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES			DEPUTADOS		
Titulares		Suplentes	Titulares		Suplentes
	PMDB		Bloco Parlamentar PFL/PTB		
José Fogaça		Marluce Pinto (1)	Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Casildo Maldaner		Roberto Requião	Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PFL			PMDB	
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda	Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Romero Jucá		Júlio Campos	Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB			PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo	Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB			PPB	
Esperidião Amin			Fetter Júnior(3.4)		João Pizzolatti
	PTB			PP	
Emília Fernandes			Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PP			PT	
Osmar Dias(2)			Miguel Rossetto		Luiz Mainardi
	PT				
		Benedita da Silva			
		Eduardo Suplicy			
		Lauro Campos			

- 1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95
 2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.
 3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.
 4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-96



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900. Brasília, DF.

CD-ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

Despesas Postais: R\$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:		Fax:	
Quantidade solicitada:			

Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.

Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Lançamentos

- **História Institucional do Senado do Brasil (R\$ 20,00)** – Vamireh Chacon
Estudo sobre o Poder Legislativo, em especial da Câmara Alta do Legislativo Brasileiro, contando toda a sua história, desde sua instituição no período do Primeiro Reinado.
- **O Livro da Profecia (R\$ 50,00)** – Joaquim Campelo Marques (org.)
Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores, intelectuais brasileiros sobre o século XXI.
- **Coleção Memória Brasileira**
 - **A Província (R\$ 8,00)** – Aureliano Cândido de Tavares Bastos
Estudos sobre a descentralização político-administrativa do Brasil e sobre a questão do federalismo, realizados na época do Império.
 - **Sistema Representativo (R\$ 8,00)** – José de Alencar
Estudos sobre o governo representativo com fulcro na questão eleitoral, democracia e representação proporcional.
- **Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado**
 - **Clodomir Cardoso (R\$ 10,00)** – Luciano de Souza Dias (org.)
Biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.
- **Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)**
 - **Volume 11 (R\$ 3,00)**. "Análise Jurídico-Política do Mercosul", de Victor S. Antunes Correia.
- **Constitution of the Federative Republic of Brazil – 1988 (R\$ 5,00)**
Versão em língua inglesa da Constituição de 1988, contendo as ECs nº 1 a 15 e as ECRs nº 1 a 6.

Para maiores informações, solicite nosso catálogo.



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.

Publicações

♦ **Canudos e outros Temas (R\$ 5,00)**

Edição de 1994. Reportagens intituladas 'Canudos – diário de uma expedição', que deram origem a 'Os Sertões', quinze trabalhos e duas cartas.

♦ **Lei de Execução Penal e Legislação Correlata (R\$ 7,00)**

Edição de 1994. Lei nº 7.210/94; Códigos Penal e de Processo Penal; Leis das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes, e sobre Crimes Hediondos; Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

♦ **Leis Complementares à Constituição de 1988 (R\$ 1,00)**

Edição de 1992. Leis Complementares nº 59/88 a 70/91.

♦ **Manual de Padronização de Textos do CEGRAF (R\$ 3,00)**

Edição de 1992. Normas básicas de editoração para elaboração de originais, composição e revisão.

♦ **Regimento Interno do Senado Federal (Resolução 93 de 1970) (R\$ 7,00)**

Edição de 1995. Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Ecs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Para maiores informações, solicite nosso catálogo.

Telefones: (061) 311-3575/3576/3579

Fax: (061) 311-4258

E-mail: ssetec@admass.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

CD-ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

Despesas Postais: R\$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:	Fax:		
Quantidade solicitada:			

Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.

Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apolo III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

Revista de Informação Legislativa

Nº 133 – jan./mar. 1997

Leia neste número:

Carlos Frederico Marés de Souza Filho – O Direito Constitucional e as lacunas da lei.

Semira Adler Vaisenchner e Angela Simões de Farias – Júri popular: algumas possibilidades de condenação ou absolvição.

Cláudio Roberto C. B. Brandão – A importância da conceituação da antijuridicidade para a compreensão da essência do crime.

Osvaldo Rodrigues de Souza – Reflexões sobre os institutos da transposição e transformação de cargos públicos.

Ricardo Antônio Lucas Camargo – O direito ao desenvolvimento, a sociedade ocidental e a sociedade tribal no caso brasileiro.

Cármem Lúcia Antunes Rocha – Sobre a súmula vinculante.

Sérgio Sérvulo da Cunha – Conflito possessório e positivismo ético. O agente público em face da decisão legal.

Antônio Carlos Moraes Lessa – Instabilidade e mudanças: os condicionamentos históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979).

Marçal Justen Filho, Egon Bockmann Moreira e Eduardo Talamini – Sobre a hipoteca judiciária.

Maria Paula Dallari Bucci – Políticas públicas e direito administrativo.

Guilherme Silva Barbosa Fregapani – Formas alternativas de solução de conflitos e a Lei dos Juizados Especiais Cíveis.

Marcílio Toscano Franca Filho – A Alemanha e o Estado de Direito: apontamentos de teoria constitucional comparada.

Carlos David S. Aarão Reis – A matematização do Direito e as origens da Parte Geral do Direito Civil.

Jete Jane Fiorati – A Convenção das Nações Unidas

sobre Direito do Mar de 1982 e os organismos internacionais por ela criados.

Sílvio Dobrowolski – Crime de omissão de recolhimento de impostos e de contribuições: aspectos constitucionais.

Kátia Magalhães Arruda – A responsabilidade do juiz e a garantia de independência.

A. Machado Paupério – Os irracionais de nossa democracia III.

Fernando Braga – Conservadorismo, liberalismo e social-democracia: um estudo de direito político.

Álvaro Melo Filho – Resolução sobre passe: irracionalidades e injuridicidades.

Fabiano André de Souza Mendonça – Democracia e legalidade da tributação na Constituição Federal de 1988.

Fernando Cunha Júnior – Suspensão condicional do processo. Homicídio. Omissão de socorro.

Paulo José Leite Farias – Mutações constitucionais judiciais como mecanismo de adequação da Constituição Econômica à realidade econômica.

Maria Coeli Simões Pires – Reforma administrativa: reflexões sob a perspectiva político-filosófica.

Jarbas Maranhão – O Estadista Agamemnon Magalhães: a Lei Antitruste e a Conferência do Clube Militar.

Roberto Freitas Filho – A "flexibilização" da legalidade nas práticas conciliatórias na Justiça do Trabalho.

Nuria Belloso Martín – Comunidades Europeas, Unión Europea y Justicia Comunitaria.

Francisco Eugênio M. Arcanjo – Convenção sobre Diversidade Biológica e Projeto de Lei do Senado nº 306/95: soberania, propriedade e acesso aos recursos genéticos.

Vítor Rolf Laubé – A Previdência no âmbito municipal.

Claudia de Rezende M. de Araújo – Extrafiscalidade.

PARA FAZER SUA ASSINATURA DA RIL: Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Assinatura para o ano de 1997. Periodicidade trimestral. Números 133 a 136: R\$ 40,00.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Órgão:			
Unidade:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:	Fax:		

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF**, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via FAX (061) 2245450, a favor do **FUNCEGRAF**.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.

Tabela em vigor a partir de 3-3-97.



EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS